



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS

**DETERMINANTES E ESCOLHAS: O VOTO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016, EM SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA**

Tocantinópolis / TO
2019

FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS

**DETERMINANTES E ESCOLHAS: O VOTO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016, EM SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. César Figueiredo.

TOCANTINÓPOLIS / TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M827d Morais, Francisco Pereira de Morais.

Determinantes e Escolhas: O Voto nas Eleições Municipais de 2016, em São Francisco do Brejão - MA. / Francisco Pereira de Morais Morais. – Tocantinópolis, TO, 2019.

77 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2019.

Orientador: César Alessandro Sagrillo Figueiredo

1. Introdução. 2. Marco Teórico: Eleições Municipais do Nordeste Brasileiro. 3. Perfil Sociopolítico de São Francisco do Brejão. 4. Reconstrução da Eleição de 2016: Candidatos e Opinião dos Eleitores. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

1 Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS

**DETERMINANTES E ESCOLHAS: O VOTO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016, EM SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. César Figueiredo.

Data de aprovação: 02 de julho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo (Orientador)
Fundação Universidade Federal do Tocantins
Campus Tocantinópolis

Profa. Ma. Gracieda dos Santos Araújo (Examinadora)
Fundação Universidade Federal do Tocantins
Campus Tocantinópolis

Prof. Esp. Bruno Barros dos Santos (Examinador)
Fundação Universidade Federal do Tocantins
Campus Tocantinópolis

Tocantinópolis – TO, 2019.

*A política é mais perigosa que a guerra,
porque na guerra se morre apenas uma vez.*

Winston Churchill

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por permitir que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas por todo caminho já percorrido até culminar com este momento ímpar na minha vida.

A UFT - Universidade Federal do Tocantins, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela do conhecimento para que hoje eu concluísse mais uma formação superior.

Ao meu orientador Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo pela amizade e empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Ao Centro Acadêmico de Ciências Sociais que além de ser um dos fundadores, tive a honra de ser o primeiro presidente eleito com mais de 75% dos votos dos discentes.

Agradeço aos meus pais/avós Alberto Pinto de Moraes e Luiza Pereira de Moraes (*in memoriam*) que quando ainda criança me mostraram como a educação pode transformar a vida de qualquer pessoa.

A minha esposa Ana Cristina Figueira de Sousa pelo incentivo, apoio e compreensão ao longo desses anos de estudo.

Por fim, meus agradecimentos ao amigo Arthur Andrade pelo companheirismo na faculdade, a minha cunhada Ruth Figueira, por me conceder o carro para poder participar dos encontros com meu orientador, a minha sogra Antonia Figueira que sempre cobrava a conclusão desse curso e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

RESUMO

O trabalho tem como base o Município de São Francisco do Brejão – MA, no pleito eleitoral de 2016 para o Executivo Municipal, possuindo como tema as preferências políticas do eleitor ao votar para a escolha de prefeito da cidade. O objetivo principal do presente estudo é compreender a natureza das motivações mais comuns que definem as preferências eleitorais para o executivo municipal em um município de pequeno porte, do estado do Maranhão, tradicionalmente dominado por grupos políticos detentores de expressivo poder econômico. Quanto à metodologia esta monografia é de caráter qualitativo, pois pretendemos realizar uma pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema, bem como desenvolver consultas em fontes primárias do Tribunal Regional Eleitoral (TSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como em artigos acadêmicos. Concluímos que algumas hipóteses podem ser sugeridas enquanto fatores que moldariam as preferências: a primeira delas é o *personalismo*, ou aquelas qualidades atribuídas ao candidato como carisma, honestidade, “ser trabalhador”, “ser competente” etc.; a segunda é o poderio econômico, isto é, o candidato que usufrui de uma dada estrutura de campanha (e administra bem esses recursos) irá se sobressair em relação aos outros concorrentes; em terceiro lugar está a ideia da ligação (e vantagens) do candidato ao campo político do Governo do Estado.

Palavras chaves: Eleição municipal. Voto. Preferências partidárias. Coronelismo.

ABSTRACT

The work is based on the Municipality of São Francisco do Brejão - MA, in the 2016 electoral contest for the Municipal Executive, having as its theme the political preferences of the voter when he votes for the mayor's choice of the city. The main objective of the present study is to understand the nature of the most common motivations that define the electoral preferences for the municipal executive in a small municipality of the state of Maranhão traditionally dominated by political groups with significant economic power. As for the methodology, this monograph is of a qualitative nature, since we intend to carry out a research based on a bibliographical review about the subject, as well as in consultations on primary sources of the Regional Electoral Tribunal (TSE), the Brazilian Institute of Geography and Statistics), as well as academic articles. It was concluded that some hypotheses may be suggested as factors that would shape preferences: the first is personalism, or those qualities attributed to the candidate as charisma, honesty, "being a worker", "being competent", etc.; the second is economic power, that is, the candidate who enjoys a given campaign structure (and manages those resources well) will stand out from other competitors; third is the idea of the connection (and advantages) of the candidate to the political field of the State Government.

Key words: Municipal election. Vote. Party preferences. Colonelism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. População em São Francisco do Brejão	36
Figura 2. Eleitores por grupos de idade	36
Figura 3. Localização	38
Figura 4. Emprego e Renda	39
Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Município – São Francisco do Brejão - MA	40
Figura 6. PIB – Produto Interno Bruto.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sistema Eleitoral Brasileiro	22
Tabela 2. Perfil dos eleitores	37
Tabela 3. Prefeitos eleitos em São Francisco do Brejão	386
Tabela 4. Resultado da eleição de 1996 em São Francisco do Brejão	47
Tabela 5. Resultado da eleição de 2000 para prefeito em São Francisco do Brejão	47
Tabela 6. Resultado da eleição de 2004 para prefeito em São Francisco do Brejão	48
Tabela 7. Resultado da eleição de 2008 para prefeito em São Francisco do Brejão	48
Tabela 8. Resultado da eleição de 2012 para prefeito em São Francisco do Brejão	50
Tabela 9. Vereadores eleitos na eleição de 2012.	51
Tabela 10. Informações sobre candidatos a prefeito e vice	55
Tabela 11. Eleição municipal de 2016	57
Tabela 12. Quadro de candidatos	58
Tabela 13. Composição da Câmara Municipal - 2016.....	61
Tabela 14. Distribuição de votos por partido	62
Tabela 15. Distribuição de votos para vereadores por coligação	63
Tabela 16. Motivos de Escolha	65
Tabela 17. Motivos para mudança de voto	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MARCO TEÓRICO: ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO NORDESTE BRASILEIRO.....	14
2.1	Tipologias dos sistemas eleitorais.....	14
2.2	Comportamento político e decisão de voto.....	23
2.3	Eleições municipais no nordeste.....	27
2.4	Conclusão.....	33
3	PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO....	33
3.1	Descrição socioespacial, histórica e econômica.....	34
3.1.1	Descrevendo a origem do município.....	34
3.1.2	Descrição da mesorregião do oeste maranhense e microrregião de imperatriz.....	35
3.1.3	Divisão espacial e suas fronteiras.....	35
3.1.4	Atividades econômicas e IDH.....	37
3.2	Eleições municipais – 1996 a 2012.....	41
3.2.1	Eleições municipais para o poder executivo de 1997, 2000, 2004, 2008, 2012: predominância partidária.....	45
3.3	Conclusões.....	49
4	RECONSTRUÇÃO DA ELEIÇÃO DE 2016: CANDIDATOS E OPINIÃO DOS ELEITORES.....	51
4.1	Perfil político dos candidatos a prefeitos e vice-prefeitos.....	51
4.2	Reconstrução da campanha de 2016.....	54
4.2.1	A campanha eleitoral de 2016 e a disputa pelo poder executivo.....	54
4.2.2	A campanha eleitoral de 2016 e a disputa pelo poder legislativo.....	55
4.3	Reflexões de campanha: algumas considerações sobre eleitos e eleitores.....	61
4.4	Conclusões.....	67

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO 01.....	73
	ANEXO B – QUESTIONÁRIO 02.....	76

2 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX muito já se produziu em termos acadêmicos no que se refere ao comportamento eleitoral e suas possíveis motivações. O mesmo pode ser dito quanto ao exame de tais determinantes no caso específico de municípios brasileiros de grande porte das regiões Sul e Sudeste. Todavia, as cidades menos expressivas do Norte e Nordeste, mais afastadas de suas capitais, carecem de investigação. Buscando contribuir neste sentido, o trabalho terá como base o Município de São Francisco do Brejão – MA, no pleito eleitoral de 2016, para o Executivo Municipal, possuindo como tema as preferências políticas do eleitor quando ao votar pela a escolha de prefeito da cidade.

Algumas hipóteses podem ser sugeridas enquanto fatores que moldariam as preferências: a primeira delas é o *personalismo*, ou aquelas qualidades atribuídas ao candidato como carisma, honestidade, “ser trabalhador”, “ser competente” etc.; a segunda é o poderio econômico, isto é, o candidato que usufrui de uma dada estrutura de campanha (e administra bem esses recursos) irá se sobressair em relação aos outros concorrentes; em terceiro lugar está a ideia da ligação (e vantagens) do candidato ao campo político do Governo do Estado.

Justificamos a importância desta pesquisa pela fundamental relevância desta temática no âmbito da ciência política contemporânea, especialmente porque tentará suprir uma lacuna de estudos sobre comportamento eleitoral em municípios fora do eixo Sul-Sudeste. Além do que foi mencionado acima, há um interesse de natureza particular: sendo natural da cidade, temos uma breve experiência no cenário político de São Francisco do Brejão - MA. Dos seis pleitos eleitorais ocorridos desde a sua emancipação política em 10 de novembro de 1994, participamos de quatro (2000, 2008, 2012, 2016). Os três primeiros como candidato a vereador (sendo eleito em 2012 com a maior votação na sede do município naquela ocasião), e em 2016, como candidato a vice-prefeito (não eleito).

Mesmo com as experiências referidas evidenciamos a ausência de um conhecimento mais qualificado, teórico e empírico, do comportamento eleitoral do eleitor médio de São Francisco do Brejão - MA. Segundo aponta Cavalcante (2015), as regiões Sudeste e Nordeste são as que mais reelegem prefeitos. Porém, quando se recorta por porte populacional, os municípios com população acima de 500 mil habitantes são os que mais reelegem prefeitos e os com população de 10.001 até 20.000 habitantes, os que menos reelegem. Desta forma, torna-se salutar a análise dessa questão, uma vez que a cidade de São Francisco do Brejão está situada nesse porte populacional com menor índice de reeleição.

A partir deste recorte espacial o objetivo principal do presente estudo é compreender a natureza das motivações mais comuns que definem as preferências eleitorais para o executivo municipal, em um município de pequeno porte, do estado do Maranhão, tradicionalmente dominado por grupos políticos detentores de expressivo poder econômico. Quanto aos objetivos específicos define-se:

1. Revisar parte da bibliografia da ciência política contemporânea sobre comportamento eleitoral – como os cidadãos se comportam frente ao “mundo político” e, sobretudo, como definem seu voto;
2. Contextualizar São Francisco do Brejão - MA no que se refere aos aspectos socioeconômicos.
3. Reconstruir as eleições de 2016;
4. Analisar, a partir das entrevistas realizadas, a reflexão sobre a campanha e a motivação do voto.

Quanto à metodologia esta monografia é de caráter qualitativo, porquanto pretendemos realizar uma pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema, bem como em consultas em fontes primárias do Tribunal Regional Eleitoral (TSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como em artigos acadêmicos. No tocante as entrevistas, será procedida, primeiramente, com a aplicação de um questionário fechado acerca das preferências do voto, posteriormente, realizaremos entrevistas abertas com maior profundidade, com candidatos a vereadores, bem como, preferencialmente, os eleitores residentes no município que tenham participado da eleição municipal de 2016. Quanto às entrevistas elas servirão de subsídio para lastrear nossos objetivos e dialogar com o material bibliográfico colhido na elaboração desse estudo.

O presente estudo está dividido em três capítulos, onde o primeiro capítulo apresenta o marco teórico que foi dividido em três abordagens: apresentação dos sistemas eleitorais; análise do comportamento político e da decisão do voto, finalizando com um estudo a respeito das eleições municipais no Nordeste brasileiro. O segundo capítulo apresenta o perfil sociopolítico de São Francisco do Brejão – MA, inicialmente é abordada a história do município, em seguida a sua divisão espacial, assim como as suas fronteiras, por fim, são apresentados dados das atividades econômicas do município. No terceiro capítulo é realizada uma reconstrução da eleição de 2016, são apresentados dados dos candidatos e as entrevistas dos eleitores a partir dos resultados da pesquisa, em seguida é apresentado o perfil político dos candidatos a vereadores, prefeitos e vice, assim finalizando o capítulo foi feita uma reflexão sobre os resultados obtidos.

3 MARCO TEÓRICO: ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO NORDESTE BRASILEIRO

O capítulo que aqui se inicia apresenta uma revisão bibliográfica sobre as eleições brasileiras, dando destaque às eleições municipais que ocorrem na região nordeste do Brasil. Para conseguir entender as motivações eleitorais, no subcapítulo 1.1 iniciamos a análise pelo processo eleitoral brasileiro, apresentando suas tipologias. No item 1.2 são apresentados estudos sobre o comportamento político do eleitor brasileiro, discutindo os fatores que influenciam as suas escolhas, por fim, no item 1.3 é apresentada uma análise sobre as eleições municipais no nordeste brasileiro.

3.1 Tipologias dos sistemas eleitorais

Para chegarmos ao atual modelo democrático que vicejou, a partir do século XX, o mundo passou por diversos sistemas políticos, sendo que devemos realçar que este modelo ainda se encontra em constante aperfeiçoamento e não é unívoco em todos os países. Neste modelo, a fim de garantir o Estado Democrático de direito, se faz necessário que seus governadores sejam eleitos pelo e para o povo, ocorrendo que para isso haja a necessidade de eleições regulares. A partir desta perspectiva, podemos inferir que os partidos políticos e os sistemas eleitorais são objetos de estudo indispensáveis para compreensão do estágio de desenvolvimento pluralista em que se encontram os Estados modernos.

Com o intuito de que haja um sistema eleitoral com transparência e seriedade é preciso que este siga normas claras, realçando assim a importância das regras eleitorais, assim como dos próprios partidos políticos, construído a partir do lento processo de estabelecimento do governo representativo, que logo seria resinificado para um governo representativo partidário e democrático. Assim, nos modernos Estados Democráticos, as decisões políticas vinculantes são tomadas por organismos especializados, que se relacionam em conjunto com os cidadãos mediante relações de representações políticas e intermediadas por partidos.

Consideramos que a problemática em definir um modelo de sistema eleitoral reside nas definições muito amplas, o que provoca a inclusão de todo o Direito Eleitoral no estudo dos sistemas eleitorais. No entanto, para fins desse estudo adotamos a definição de Agra (2011, p. 52) que afirma:

O sistema eleitoral é uma especificidade da reforma política porque esta enfoca todos os procedimentos voltados para a normatização das eleições e para a garantia de que a manifestação popular será, de fato, traduzida nas votações que apontarão os mandatários públicos. Abrange, ainda, os procedimentos inerentes às eleições e a formação dos representantes populares.

Durante o apogeu da representação liberal, por exemplo, a regra censitária para o exercício dos direitos políticos era constitutiva da quase totalidade dos sistemas eleitorais “democráticos” do período. A análise comparativa, repleta de valores históricos e culturais, torna-se, portanto, mais complexa, à medida que todo sistema eleitoral empírico manifesta, de certa forma, os objetivos políticos de um Estado específico, em um determinado momento histórico. O relativismo, portanto, parece ser um dos princípios basilares das investigações envolvendo os sistemas eleitorais, mesmo quando adotada acepção restrita, que associa os sistemas eleitorais às fórmulas de conversão de votos em mandatos. (NICOLAU, 2006).

As variáveis locais não somente influenciam ou condicionam como representam fatores de elevada relevância para a compreensão dos sistemas eleitorais empíricos. No tocante as eleições, de modo geral, comportam três modelos: 1) os majoritários 2) os proporcionais 3) os mistos, esse último combinam elementos dos outros dois. Nos sistemas majoritários, são eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos nos distritos (circunscrição eleitoral)¹. A característica mais distintiva do sistema majoritário é a chamada “verdade eleitoral”: sempre e invariavelmente os candidatos mais votados são os eleitos, independentemente de que partido provenham. Neste modelo, também chamado de majoritário distrital, a circunscrição eleitoral (no caso brasileiro, o estado ou o município) seria subdividida em tantos distritos quantas fossem as cadeiras a serem ocupadas no Parlamento. (NICOLAU, 2006).

O sistema majoritário permite eleger candidatos com menos de 50% dos votos válidos; portanto, esses candidatos não “representariam” a maior parte da população. Por exemplo, numa eleição para prefeito com três candidatos, o vencedor pode ter 40% dos votos válidos e os outros dois concorrentes terem, juntos, 60% dos votos. Então, podemos argumentar que 60% da população (a maioria absoluta) não se sente representada pelo vencedor do pleito. Nos sistemas proporcionais, os candidatos são eleitos em consonância com a proporção de votos obtidos pelos partidos, e nos sistemas mistos, uma parte dos candidatos ascende ao Legislativo pelo modelo majoritário, e outra parte, pela vertente proporcional. (NICOLAU, 2015).

1 Trata-se de uma expressão que reflete um aspecto territorial da organização da justiça eleitoral, que designa a abrangência territorial da eleição, o território da eleição, podendo ser o Município, o Estado ou o País, havendo eleições em circunscrições municipais, estaduais e nacional.

Como se observa, o sistema majoritário repousa no princípio de que o candidato mais votado de uma dada circunscrição é que ascende ao Parlamento. Como consequência desse processo, os votos dados aos candidatos não eleitos dos demais partidos concorrentes no distrito são desconsiderados (*wasted votes*), o que é motivo de críticas ao sistema. De acordo com Agra (2011, p. 55):

A grande crítica que se faz a este sistema é que os votos dados aos outros candidatos ficam destituídos de importância. Infelizmente, deixa sem representação a minoria, que, de forma alguma, pode ser excluída do processo político. As forças políticas que não obtiveram sucesso no procedimento político não podem ser aleijadas das decisões. As minorias exercem papel imprescindível na vida pública, na formação da oposição que deve fiscalizar os atos governamentais e criticar a realização das ações governamentais. A extinção da minoria representa um golpe fatal no regime democrático, que não pode existir sem a dialética das posições políticas.

A razão das críticas advém da frequente desproporcionalidade encontrada entre o número de votos conquistados pelos partidos nos diversos distritos e o total de cadeiras obtidas no Parlamento. É comum ocorrer que um partido tenha muito mais votos do que representação no Legislativo, ou, até mesmo, que logre considerável votação nos distritos e fique sem representação nacional.

Como o sistema se assenta no princípio majoritário de que o “ganhador fica com tudo”, somente os votos dos candidatos que venceram nos distritos são contados para a representação nacional, de sorte que os votos dos concorrentes, qualquer que seja a quantidade, são literalmente perdidos, não contam para nada. Logo, certo partido pode ter expressiva votação em vários distritos², mas poucos dos seus candidatos ultrapassam a linha de chegada, gerando distorção entre votos e cadeiras. (AGRA, 2011).

De acordo com a revisão teórica realizada em Agra (2011) e Nicolau (2006, 2015) podemos apontar que entre as vantagens associadas à adoção do modelo majoritário temos:

2 Realçamos, que no Brasil não há voto distrital; no entanto, a fim de contemplar a bibliografia indicamos o seguinte: Todo sistema eleitoral tem por base algum “distrito eleitoral”. No Brasil, os Municípios são as unidades territoriais usadas para a contabilização dos votos para a eleição de prefeitos e vereadores; os Estados, para a eleição de governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais; e o país, para a eleição do presidente da República. Onde prevalece a representação majoritária para o Legislativo, via de regra são criados “distritos” para propósitos eleitorais. Pelas regras atuais, um deputado pode se eleger com votos de qualquer lugar do seu Estado. No sistema majoritário, cada Estado é dividido em um número de distritos equivalente ao de cadeiras no Legislativo. Cada distrito tem um número equivalente de eleitores, podendo abranger vários municípios pequenos. Em cada distrito é eleito um representante pelo sistema majoritário. O critério pode ser a maioria simples dos votos, como nos Estados Unidos e Inglaterra, ou a maioria absoluta, assegurada pela eleição em dois turnos. A expressão “voto distrital”, portanto, designa um sistema de eleições majoritárias realizadas em pequenos distritos eleitorais de um só representante. (LACERDA, 2018).

- a) a simplicidade (inelegibilidade), a vontade do eleitor é respeitada, fortalecimento dos principais partidos e evita fragmentação partidária;
- b) leva à bipolarização centro-esquerda, centro-direita e à neutralização de propostas políticas radicais;
- c) maior representatividade do parlamentar, maior visibilidade e controle (*accountability*) e inexistência de competição entre os correligionários de um mesmo partido.

Por sua vez, do ponto de vista das desvantagens do modelo majoritário distrital, são contabilizados os seguintes aspectos:

- a) reduz o pluralismo político;
- b) o Parlamento não reflete a proporcionalidade dos segmentos sociais;
- c) as minorias perdem influência e diminuem participação;
- d) aumenta a personalização da representação, ocorre municipalização do debate político, dada à ênfase em questões locais (territoriais)

Outro sistema eleitoral é o proporcional, independentemente da modalidade - ser aberta ou fechada – a filosofia do sistema proporcional repousa no princípio de que os assentos legislativos são ocupados em consonância com a proporção de votos obtida pelos partidos. A distribuição das cadeiras é feita através de fórmulas matemáticas que asseguram proporcionalidade entre votos obtidos e cadeiras conquistadas pelos partidos. (AGRA, 2011).

O corolário desse pluralismo político é que os assentos legislativos sejam ocupados de acordo com a proporção de votos obtida pelos partidos, representantes dos grupos sociais, por meio dos seus candidatos mais votados. Assim, quanto maior a influência de determinada sigla partidária na sociedade, mais possibilidades tem essa sigla de gerar representantes no Parlamento na proporção dos votos obtidos entre os eleitores. Por outro lado, as minorias também têm chance de representação, da mesma forma, na exata proporção de seu apoio eleitoral. (NICOLAU, 2015). Em relação a esse sistema, Agra (2011, p. 57) conclui:

Dependendo da delimitação das circunscrições eleitorais, é possível privilegiar determinadas forças políticas em detrimento de outras. A circunscrição eleitoral designa uma zona ou etnia populacional que determina quantos serão os mandatários eleitos e quantos votos serão necessários para esta eleição. A priori pode-se afirmar que o sistema proporcional é mais benéfico porque facilita a representação da minoria, mas suas consequências, em decorrência da realidade enfocada, podem vir a ser perniciosas.

O mecanismo proporcional para eleições parlamentares é bastante difundido em boa parte do mundo, sendo hoje adotado pela maioria dos países da Europa, da América Latina e

em algumas nações da África democrática e do Oriente Médio. Os sistemas proporcionais mais conhecidos utilizados pelos países podem ainda ser divididos em duas vertentes: sistema proporcional de lista aberta e sistema proporcional de lista fechada. (AGRA, 2011).

No sistema de lista fechada, cujo modelo é largamente utilizado pela maioria dos países que adota a representação parlamentar proporcional, o eleitor vota numa lista de candidatos definida e ordenada pelos partidos. Na vertente bloqueada, o eleitor não tem poder de exercitar suas preferências e modificar a ordenação da lista preparada pelo partido (daí a denominação de “voto não preferencial”).

Devemos ressaltar que, em alguns países, a concepção de lista fechada não é tão rígida, pois se adotam algumas variantes mais maleáveis que permitem certa liberdade ao eleitor, tal como votar em alguns nomes da lista e, até mesmo, reordená-la. São variantes chamadas de flexíveis ou livres. (NICOLAU, 2015). No mecanismo de lista fechada, o eleitor escolhe e vota na legenda com a qual tem mais afinidade política, delegando à sigla a prerrogativa de preordenar a lista. Não há, como no modelo de lista aberta, vínculo direto entre o eleitor e o candidato.

O modelo de voto em lista fechada é acolhido na maior parte dos países que têm o parlamentarismo como forma de governo. Nesse modelo, os partidos políticos definem, anteriormente às eleições, uma lista fechada de candidatos, escalonados em certa sequência, restando ao eleitorado votar na legenda do partido e não diretamente em seu candidato (AGRA, 2011, p.59).

A questão das candidaturas diz respeito apenas ao partido que, nas suas instâncias internas, seleciona os candidatos que comporão a lista a ser submetida ao eleitorado. Mais que selecionar os candidatos, o partido tem a difícil tarefa política de indicar aqueles que se postarão nos primeiros lugares da lista, pois esses terão a primazia do mandato. Se determinado partido tiver direito a três vagas no pleito, os três primeiros da lista ascenderão ao Parlamento. O modelo de lista partidária fechada tem o condão de promover o fortalecimento dos partidos, que é o maior mérito do modelo, uma vez que o vínculo com o eleitor se dá por meio de apresentação de programas e propostas. Assim, a relação eleitor-candidato se materializa apenas de forma indireta (NICOLAU, 2006).

Na modalidade de lista aberta, cada partido define e apresenta uma lista de candidatos ao eleitor, que tem a liberdade de votar em um nome de sua preferência (daí dizer-se que o voto do eleitor é preferencial, diferentemente do voto não preferencial, característico do sistema de lista fechada, em que o eleitor não vota em nomes da lista, mas apenas na legenda). Assim, um

traço distintivo desse sistema é que o eleitor tem a primazia de votar diretamente no candidato por ele escolhido, não delegando a partidos o direito de fazê-lo.

A soma total dos votos dados diretamente pelos eleitores aos candidatos de determinado partido é que vai servir de base para se distribuir os assentos parlamentares entre os postulantes desse partido. A ordem dos candidatos na lista, pós-eleição, para efeito de assunção ao Parlamento, é estabelecida de acordo com o número de votos alcançados no interior do partido: os candidatos mais votados ocuparão as cadeiras parlamentares. Convém enfatizar, mais uma vez, que os candidatos mais votados nos partidos e que ascendem ao Parlamento não necessariamente são aqueles mais votados na eleição.

Agra (2011, p. 60) estabelece um comparativo entre a modalidade aberta e fechada, concluindo que:

A vantagem do sistema de lista fechada é que ele propicia, inexoravelmente, o fortalecimento dos partidos políticos, diminuindo o personalismo e reforçando a vida partidária. A desvantagem é que este fortalecimento partidário pode forcejar uma “ditadura partidária”, retirando o poder de escolha dos cidadãos e colocando nas mãos das instâncias partidárias.

Por fim, os sistemas mistos, que crescentemente vêm sendo adotados em vários países (NICOLAU, 2015), subdividem-se em duas modalidades: a de combinação ou superposição, em que a eleição majoritária nos distritos é independente da eleição proporcional nacional, e a de correção, na qual se utiliza o resultado proporcional para corrigir distorções havidas no segmento majoritário.

No Brasil, o sistema majoritário é adotado para a eleição de presidente da República, governador, senadores e prefeito. No caso da eleição para senadores, e para prefeitos em municípios de até 200 mil eleitores, há apenas um turno, com os candidatos majoritários sendo eleitos por maioria simples (ou relativa), isto é, pelo maior número de votos recebidos entre todos os candidatos. Já no que diz respeito às eleições para presidente da República, governadores de Estados e do Distrito Federal, bem como de prefeito em municípios de mais de 200 mil eleitores, a eleição pode realizar-se em dois turnos. Nesse sistema, haverá o segundo turno, se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos válidos (metade dos votos mais um) no primeiro escrutínio. (AGRA, 2011).

O sistema eleitoral adotado no Brasil, desde 1945, para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas (incluindo a Câmara do Distrito Federal) e às Câmaras

de Vereadores é o proporcional de lista aberta³. Na configuração eleitoral brasileira, faculta-se ao eleitor fazer uso do voto de legenda, o voto que se consigna apenas ao partido, distinto do voto nominal, que é sufragado ao candidato.

O fato de os eleitores poderem votar em um nome acaba dando a impressão de que o critério majoritário é empregado para preencher todas as cadeiras em uma eleição para deputado. Já fiz uma consulta informal em diversos ambientes e a maioria das pessoas acredita que a regra em vigor assegura a eleição dos nomes mais votados do estado até que as cadeiras sejam preenchidas, independente dos partidos dos candidatos. (NICOLAU, 2015, p.106).

A intenção do legislador, ao permitir essa possibilidade, é certamente fortalecer os partidos e estabelecer um elo ideológico e programático entre esses e o eleitor. Entretanto, no contexto em que se dão as coligações proporcionais no país, à faculdade de se votar também na legenda traz sérias anomalias ao sistema, particularmente na destinação final do voto.

Outra distinção do modelo brasileiro é que a legislação eleitoral permite a celebração de alianças entre partidos. A partir destas alianças, os partidos celebram, para todos os efeitos legais, como se fora um partido, tendo como característica principal o fato de os mais votados da lista coligada ocuparem as cadeiras independentemente do partido a que pertençam.

A alta fragmentação tem trazido ainda dificuldades para a organização do trabalho parlamentar, já que cada partido necessita de gabinetes, assessores e acesso a outros recursos. O mesmo acontecendo nas campanhas eleitorais, onde o Fundo Partidário e o tempo do horário de propaganda eleitoral acabam se dispersando excessivamente entre as legendas. A hiperfragmentação partidária brasileira não deriva exclusivamente do sistema proporcional, mas um dos seus componentes - a possibilidade de os partidos coligarem-se nas eleições para deputados e vereadores - tem contribuído fortemente para isso. (NICOLAU, 2015, p.107)

Diante do exposto nesse tópico, verificamos que, entre os tipos de representação proporcional, o modelo de lista aberta é o que mais estimula a competição entre os candidatos durante a campanha e menos incentiva a propaganda partidária. Diferentemente da lista fechada, em que os eleitores só votam no partido, ou da lista flexível que direciona os votos de

3 O sistema de coligações para as candidaturas proporcionais, como vereador e deputados estadual e federal, deixará de existir nas eleições municipais de 2020. O sistema proporcional vai vigorar, com a diferença de que não terá coligações. As coligações vão ser possíveis somente para os cargos majoritários, ou seja, a disputa para prefeito nas próximas eleições. Com o fim das coligações vão se eleger os candidatos mais votados dentro dos seus partidos, desde que o partido consiga atingir o quociente eleitoral. Além desta regra que passará a vigorar a partir de 2020, já existe desde 2016 uma disposição que exige para eleição dos candidatos desempenho mínimo nas urnas, isto é, para se eleger, o candidato deverá atingir 10% dos votos do quociente eleitoral exigido para a referida eleição. (STECK,2016).

legenda para os primeiros nomes da lista, no modelo em vigor no Brasil o voto de legenda serve apenas para definir quantas cadeiras cada partido (ou coligação) receberá.

Visando ilustrar o sistema eleitoral brasileiro, o quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese do que foi visto nesse capítulo.

Tabela 1. Sistema Eleitoral Brasileiro

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO				
Majoritário	Senador	Prefeito	Governador	Presidente
Proporcional	Vereador	Deputado Federal	Deputado Estadual	

Fonte: Autor, (2019).

Ao observarmos o quadro síntese disposto acima, torna-se importante reter os seguintes aspectos mediante o evidenciado, onde o sistema eleitoral brasileiro é regido pelo sistema majoritário, para os cargos de executivo que são prefeitos, governadores e presidente da república. O cargo de senador corresponde ao legislativo, mas o processo de escolha é feito através do sistema eleitoral majoritário. No sistema proporcional de lista aberta, são eleitos os vereadores, deputados estaduais e deputados federais, nesse sistema o eleitor pode votar de duas formas, no candidato, no partido político ou coligação.

Concluindo, embora saibamos que o modelo proporcional de lista aberta vigora no país desde 1945, conforme amplamente debatido, este modelo gera algumas distorções, por exemplo: 1) coligações sem ideológicas, apenas pragmáticas e eleitorais; 2) há a figura do puxador de votos, que acaba elegendo outros candidatos pouco expressivos; 3) há, ainda, a incoerente proibição de os partidos não disputarem sobras eleitorais se não atingiram o quociente eleitoral.

De qualquer modo, mesmo com essas distorções, foi o sistema vigente no país até as últimas eleições de 2018 por isso a importância de evidenciar esse modelo, pois servirá para interpretar visando reconstruir a eleição municipal de 2016, em São Francisco do Brejão, em que ainda vicejava esse outrora modelo.

Ainda, a fim de esclarecer o modelo sucessório é importante recapitular que a partir das eleições de 2020 se materializará legalmente da seguinte maneira, especificamente, no tocante as eleições municipais, recapitulando conforme Streck (2016, p.1): 1) sistema de coligações para as candidaturas proporcionais, como vereador e deputados estadual e federal, deixará de existir nas eleições municipais de 2020; 2) o sistema proporcional vai vigorar, com a diferença de que não terá coligações; 3) as coligações vão ser possíveis somente para os cargos

majoritários, ou seja, a disputa para prefeito nas próximas eleições; 4) com o fim das coligações vão se eleger os candidatos mais votados dentro dos seus partidos, desde que o partido consiga atingir o quociente eleitoral; 5) além desta regra que passará a vigorar a partir de 2020, já existe desde 2016 uma disposição que exige para eleição dos candidatos desempenho mínimo nas urnas, isto é, para se eleger, o candidato deverá atingir 10% dos votos do quociente eleitoral exigido para a referida eleição. (STECK, 2016).

3.2 Comportamento político e decisão do voto

De acordo com Carreirão (2002) há três teorias principais do comportamento eleitor, sendo elas: a psicologia, a sociológica e a da escolha racional. Ainda, segundo o autor tais linhas de pesquisa analisam vários aspectos que envolvem desde questões internas, relacionadas ao imaginário e à vida do eleitor, quanto fatores externos a ele, tais como, cenário econômico, campanhas de marketing etc. As eleições presidenciais brasileiras são sistematicamente explicadas pelos determinantes do voto. Tais explicações têm contribuído para elucidar as razões das escolhas dos eleitores. Avaliação da administração, ideologia, preferência partidária e bem-estar econômico são os determinantes costumeiramente utilizados.

Iniciando pela análise da teoria psicológica, notamos, segundo Santos (2010, p.7) que ela tenta explicar a:

escolha por determinado candidato de acordo com as percepções e atitudes do eleitor, pautadas em valores e conhecimentos. É essa corrente que esclareceria o voto partidário ou recorrente no mesmo candidato e a identificação ideológica do eleitor com a legenda ou o político.

Diante disso, podemos afirmar que a escolha por partidos de esquerda ou direita, possui caráter ideológico, assim como, a “paixão” de determinados eleitores por determinado partido ou candidato. Os determinantes clássicos do voto, sugerido por abundante literatura, são: ideologia, preferência partidária, avaliação da administração e bem-estar econômico. Estes determinantes são utilizados no Brasil para explicar, sobremaneira, a tomada de decisão dos eleitores nas disputas presidenciais. Entretanto, são também utilizados fracamente para decifrar o comportamento dos eleitores em disputas majoritárias municipais e estaduais (OLIVEIRA, 2012).

Um “voto ideológico” a partir de uma concepção mais exigente de “ideologia” implicaria que o eleitor: i) formasse alguma opinião a respeito de vários temas (*issues*)

políticos e que estas opiniões fossem razoavelmente coerentes entre si (do ponto de vista de um analista informado), ou seja, que o eleitor tivesse um “sistema de crenças estruturado”; ii) conhecesse as posições dos diferentes partidos e/ou candidatos quanto a estes temas: iii) escolhesse o partido (ou candidato) mais próximo de suas próprias posições. (CARREIRÃO, 2002, p. 41).

Em relação aos sentimentos, temos a premissa de que eleitores sentem saudades de certo ator político. Tal fato pode ser observado quando candidatos disputam a reeleição, quando competem novamente. Desse modo, se o competidor que disputa a reeleição vier a perdê-la, os eleitores poderão sentir saudades dele, não sentirão ou ficarão indiferentes. Se o candidato já tiver sido presidente da República e disputar novamente a eleição para a Presidência, uma parte expressiva dos eleitores poderá escolhê-lo novamente, por sentirem saudade, ou seja, eventos constroem sentimentos de entusiasmo.

Os indivíduos, diante das circunstâncias, nas quais estão os eventos, podem ter entusiasmo para fazer algo, no caso, agir, mas para tal ação ocorrer, a memória sobre algo precisa estar ativa, ou seja, existe uma predisposição. Nesse sentido, o agir entusiasmado pode consolidar hábitos (repetir a ação) e possibilitar novas ações. Se o entusiasmo estiver associado à memória, assim sendo, construímos a seguinte premissa: eleitores têm entusiasmo para votar em dado competidor.

O entusiasmo advém, então, da memória positiva (boa lembrança) que parte dos eleitores tem em relação ao candidato. A memória positiva existe em virtude de que o presidenciável foi um bom presidente da República, por exemplo, em contextos de reeleição, eleitores têm entusiasmo para votar em candidatos à reeleição caso estes provoquem boas lembranças aos sufragistas. Por outro lado, se a memória do eleitor referente ao candidato à reeleição incentivar más lembranças, os sufragistas adquirem entusiasmo para escolherem candidatos da oposição. Eventos ocorridos ou que estão para ocorrer podem provocar o sentimento de medo no indivíduo. Tal sentimento, assim como outros já apresentados, surgem da experiência ou do ouvir dizer. (CAMARGO, 2001).

O medo sugere rejeição a algo que tenha ocorrido que vigora no presente ou poderá existir. Medo sugere incerteza quanto à possível ocorrência de algo ou quanto à dúvida de que ele vai ocorrer. Por exemplo: medo de perder o emprego ou do aumento de impostos. A incerteza poderá existir entre os indivíduos em razão de uma experiência vivida que foi ruim e eles não desejam vivenciar novamente. Nesse sentido, diante da experiência negativa passada, os indivíduos passam a temer o futuro, e por isso, rejeitam a possibilidade de nova experiência. Portanto, sentir medo é temer um futuro perigoso, incerto. Temos a premissa, portanto, de que eleitores rejeitam, ou melhor, sentem medo de candidatos à presidência da República. Assim

sendo, eleitores podem temer a reeleição do presidente ou a vitória da oposição. Se eleitores temem a reeleição do presidente, eles expressam receio quanto ao futuro em razão da experiência negativa com o presidente atual. Porém, caso eles expressem medo diante do sucesso eleitoral da oposição, ficam incertos quanto ao que virá, por exemplo, temem a perda de conquistas adquiridas no período do presidente não reeleito.

Carreirão (2002), assim como Santos (2010) e Camargo (2001), concordam que desde o início desse século os eleitores decidem os votos de acordo com o ponto de vista emocional, baseado na imagem dos candidatos, incluindo o caráter e a moral. É nesse contexto que se explica o peso do carisma do candidato em uma campanha. Muitos eleitores identificam-se com o político e esse fator deve ser levado em conta para a verificação do comportamento eleitoral. Carreirão (2002, p.34) destaca que este novo eleitor “tem baixa informação e saber político e suas ideias políticas são fragmentárias, logicamente desarticuladas, daí porque ele é incoerente do ponto de vista político e volúvel eleitoralmente”.

Por sua vez, a teoria sociológica do comportamento eleitoral se baseia nas características sociais e culturais do eleitor, e, para isso leva em consideração suas origens e seu modo de viver e se relacionar. De acordo com Santos (2010, p. 12), a teoria sociológica é mais abrangente que a psicológica “uma vez que engloba o contexto social, histórico e cultural do eleitor e não apenas o individualismo como o gerador de suas atitudes”. A teoria sociológica leva em consideração vários aspectos, conforme já visto, dentre eles destacam-se as interações sociais e a identidade cultural, porém, outro aspecto levado em consideração e tendo grande importância é a questão das classes sociais.

Recentemente, os sentimentos e as emoções dos eleitores foram incluídos no rol de variáveis que podem também explicar o comportamento dos eleitores. Assim como o local de moradia do eleitor, índice de desemprego e homicídio ou aumento das passagens de ônibus (OLIVEIRA, 2012). Contudo, como bem mostra a literatura brasileira, os hábitos dos indivíduos ainda não foram considerados como variáveis que podem explicar seu comportamento na hora do voto.

A última corrente que tenta explicar o comportamento eleitoral é a da escolha racional. Esta teoria, segundo Santos (2010, p. 20):

(...) explica a decisão do voto levando em consideração o interesse individual do eleitor, que opta pelo candidato que ele acredita que lhe trará mais benefícios pessoais. O eleitor agiria como um juiz que decide se o político merece permanecer representando-o ou precisa ser trocado por outro, que lhe garanta melhores expectativas. A maioria absoluta dos estudos sobre comportamento eleitoral realizados no Brasil é pautada pela teoria da escolha racional.

Camargo (2001) esclarece que, os principais intelectuais da teoria da escolha racional são Antony Downs e V. O. Key Jr. Segundo o autor, Key foi um dos fundadores dessa corrente e suas investigações seguem a linha chamada de recompensa punição. Por sua vez, Carreirão (2002) esclarece que, na concepção de Key, o eleitor avalia e julga os resultados em geral do governo e não as políticas/meios adotados. Portanto, em sua tomada de decisão, a pessoa analisa a *performance* dos candidatos e não compara as propostas. Essa, para o autor, seja a principal diferença entre as linhas de investigação de Key e Downs, uma vez que este, de acordo com Carreirão (2002), observa que o resultado das eleições pode estar muito mais relacionado às políticas adotadas do que com o resultado delas. Assim sendo, podemos dividir a teoria da escolha racional em duas outras linhas: voto retrospectivo (quando o eleitor examina as ações passadas do candidato) e o voto prospectivo (quando o eleitor avalia as propostas de atuação futura do candidato).

Camargo (2001) ao realizar uma análise da decisão dos eleitores, durante a eleição presidencial de 1998 no Brasil, disputada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), candidato à reeleição e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O pleito foi vencido pelo primeiro e, para o autor, as questões econômicas daquele momento foram determinantes para esse resultado. Segundo o autor, a diferença entre a perspectiva pessoal e sociotrópica⁴ está na observação geral do contexto econômico. Eleitores mais envolvidos com a política estariam também preocupados com questões que vão além do seu interesse particular.

Nossos dados demonstram que, no Brasil, em 1998, o peso das avaliações prospectivas foi maior do que o das retrospectivas, ou seja, o eleitor brasileiro, na hora do voto, está mais preocupado com o futuro do que com o passado. Além disso, exercem um impacto maior no voto de ambos os candidatos as variáveis de avaliação que o eleitor faz da situação nacional, e não as de avaliação da própria situação, sugerindo, com isso, que o eleitor brasileiro é menos preocupado com o próprio bolso do que o eleitor americano. (CAMARGO, 2001, p. 144).

Analisando a eleição presidencial de 1998, Camargo (2001, p.143) conclui que “o eleitor brasileiro decide a direção do seu voto olhando para o passado e construindo futuros possíveis caso um ou outro candidato vença a eleição”. Não se pode negar a importância das questões econômicas quando da avaliação para a decisão do voto, como defende a teoria da escolha racional. Embora bastante abrangente e com análises consistentes acerca do comportamento

4 É a valorização das relações interpessoais íntimas e é dependente de gratificações sociais, com ênfase em ser aceito e amado pelos outros, o segundo caracteriza-se pela personalidade autônoma, independência pessoal, obtém satisfação na liberdade de escolha, conquistas e aquisição pessoal.

eleitoral durante uma eleição, a corrente da escolha racional deixa de lado questões que, como já apontado nos capítulos anteriores, também influenciam na direção do voto, como identificação ideológica e partidária, condições sociais e culturais e o envolvimento do eleitor com entidades de classe.

Dialogando com Santos, enfatizamos que para Oliveira (2012) o interesse por política varia de pessoa para pessoa e as atitudes do eleitor frente a ela é o ingrediente básico para se compreender determinado tipo de comportamento eleitoral. Conforme essa corrente, o ato de votar é resultado de forças atitudinais. A análise que o eleitor faz sobre ir ou não às urnas, participar ou não participar ativamente da política, também poderia ser explicada pela teoria psicológica.

Também realçam que crises representam instabilidades nos sistemas político e econômico. Especificamente no âmbito econômico, a crise é caracterizada, simploriamente, pelo declínio do crescimento econômico e aumento da taxa de desemprego. A crise tem o poder de tornar indivíduos inquietos, desejosos de mudança de uma ordem para outra ou possibilitar acomodação.

É uma conjuntura crítica, onde mudanças/rupturas e revoluções podem ocorrer. 1) Nessa perspectiva eleitores reconhecem a existência de crise econômica? 2) Eleitores são tolerantes com os gestores em épocas de crise? 3) Crise interfere no julgamento do eleitor para com o gestor municipal? 4) Em ambiente eleitoral com crise econômica, eleitores punem prefeitos? Essas indagações elaboradas por Oliveira (2012) irão servir para responder as questões sobre preferência voto, servindo inclusive de indicativo para a nossa pesquisa nessa monografia.

Concluindo este subcapítulo torna-se importante recapitular os seguintes pontos de fundamental importância para esta monografia: 1) A decisão do eleitor em quem votar, essa é uma escolha bastante complexa, como bem mostram as tentativas de explicá-la, apontadas nesse item; 2) Constatação de que cada uma das três correntes tradicionais (psicológica, sociológica e da escolha racional) tem um foco próprio de análise do comportamento do eleitor; 3) A evidência da teoria sociológica que explica o voto a partir da interação social, por exemplo, a participação do eleitor em grupos específicos, dialoga com a teoria psicológica que mostra que a decisão por um candidato é vista como resultado da ideologia; e, 4) Por fim a teoria da escolha racional, que o voto depende da atuação econômica do governo paralelamente aos benefícios financeiros que o eleitor teve ou terá com determinado candidato.

3.3 Eleições municipais no nordeste

A região nordeste brasileira possui uma herança histórica muito forte do coronelismo⁵, sendo que essa regionalização do conceito e a sua manutenção nos meios acadêmicos se apoia no argumento de que o projeto de modernização-centralização da Nova República não teria destruído as bases coronelistas do Nordeste, ou seja, mantendo-se a partir de então este modelo político por ter permanecido como região periférica do grande eixo político.

O contraditório, no entanto, é que os coronéis enquanto figuras periféricas à estrutura econômica e de poder nacional são sempre invocados na análise de todos os pactos sociais e políticos firmados, atuando sempre como contrapeso conservador e reacionário do processo histórico brasileiro, mesmo com todas as tentativas de modernização do Estado brasileiro. Com a revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas no poder, o coronelismo aparece como a face obscura do populismo Varguista que, contudo, o viabilizou politicamente. Em síntese, o mesmo pacto que reconheceu os trabalhadores urbanos como atores políticos com direitos trabalhistas regulamentados e expressando-se através do voto, desconheceu as massas rurais, mantendo a figura dos coronéis em algumas regiões do Brasil.

Ao caracterizar o coronelismo como um momento de conexão entre poder público e poder privado, o autor enfatiza a fragilidade da municipalidade frente a um federalismo marcado por uma tendência altamente centralizadora do poder político. A especificidade deste momento, na obra de Leal, está caracterizada pela junção do advento da república à decadência econômica do setor agrícola.

Melhor explicitando, ao longo do século XIX, o poder rural foi abalado pela queda dos preços do açúcar e do algodão, na primeira metade do século; pelo desgaste econômico-político das convulsões internas nas diversas regiões; pelo fim da economia escravocrata; e, principalmente, pela modernização do país com o crescimento do comércio e da indústria sob influência do estreitamento das relações com a Inglaterra. O fortalecimento de uma nova elite industrial era visto pelo Segundo Reinado como a melhor alternativa para economia nacional, esvanecendo conseqüentemente, o poder dos velhos coronéis.

Desta forma, o coronelismo se refere a um momento da história brasileira no qual os fazendeiros utilizaram poderes alternativos à concentração econômica – o mandonismo, o “filhotismo”, o falseamento do voto – como uma moeda para negociar sua sobrevivência no

5 A expressão coronelismo foi definida por Victor Nunes Leal, no livro *Coronelismo: enxada e voto*, em 1949 (1997). O poder dos coronéis teve início no período colonial quando fazendeiros recebiam a patente militar para cumprir o papel de autoridade estatal nas regiões de difícil acesso, compondo a Guarda Nacional. A partir da instalação da chamada Primeira República (1889-1930), estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta.

comando do poder municipal e o Governo Federal, por sua vez, utilizava seus poderes patronais para negociar a coesão da recém-criada República Federativa Brasileira. Na criação dos governadores como elo entre a esfera federal e o município é que está datado o sistema coronelista.

A obra de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (2001), aponta o caráter centralizador dos governos de Getúlio Vargas como responsável pela decadência do sistema coronelista. Esta decadência está condicionada por dois aspectos essenciais: a centralização da esfera decisória no governo federal e a aposta no personalismo. Inicialmente, Vargas buscou esvaziar o poder dos coronéis através do fortalecimento da União.

Assim, os primeiros sinais de incômodo com o sistema coronelista podem ser observados nos movimentos liberais de urbanização e industrialização nacionais ainda nos anos 20. (FAORO, 2001, p. 729). Para a burguesia liberal, fortemente inspirada nos modelos da Inglaterra e dos EUA, o voto secreto constituía importante elemento de inserção política na sociedade. A esperança liberal de que o voto secreto seria elemento de transformação do sistema político brasileiro é bem exemplificada na carta aberta a Artur Bernardes assinada por Monteiro Lobato em 1924.

A capacidade de manipulação eleitoral que detém o “coronel” provinha de sua base social que são as relações de dominação e dependência pessoal, devido a laços fundados na propriedade da terra, numa base pré-capitalista, em que o voto ainda não é objeto comercial. A barganha eleitoral, portanto, era um dos elementos chaves do coronelismo, em que se desenvolviam as práticas de trocas de favores pelo voto, ou seja, a denominada compra de votos, algo visto também nos tempos atuais.

Como se observa a característica marcante da política nordestina são as chamadas práticas clientelistas⁶ desde então, que podemos caracterizam o coronelismo até nos dias de hoje. Conforme literatura, um exemplo de práticas clientelistas que ainda sobrevivem no Nordeste são as concessões televisivas. Em estados como Alagoas e Bahia os principais meios de comunicação são comandados por grupos políticos que permaneceram (ou ainda permanecem) boa parte do período estudado no poder. Na Bahia, as afiliadas da Rede Globo de televisão são de propriedade da família Magalhães. Já em Alagoas as afiliadas do mesmo grupo televisivo são de propriedade da família do Senador Fernando Collor de Melo. (OLIVEIRA, 2017).

6 A relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (CARVALHO, 1997).

Podemos dizer, então, que a propriedade de meios de comunicação por parte de grupos políticos no Nordeste também contribuiu para a manutenção das práticas clientelistas à medida que com a redemocratização o modo de fazer campanha política ficou cada vez mais midiático. Destarte, tais grupos políticos passaram a promover uma intensa propaganda política em seus veículos de comunicação das realizações de seu governo e, desta forma, manterem os seus nichos eleitorais, especialmente, no Nordeste.

Para Rêgo (2008),

[...] a população suscetível à propaganda do chefe político “compra” a figura do chefe através do voto, dando a sensação de estarem fazendo a escolha do “vencedor”. Se a propaganda não fosse suficiente, trocava-se o voto por dentaduras, cestas básicas, sacos de cimento, ou cédulas de dinheiro. (RÊGO, 2008, p. 249).

Podemos, pois, enfatizar que o atendimento de pedidos de caráter particular como mecanismo de construção da liderança política é algo extremamente praticado e mantido no nordeste brasileiro. A região nordeste é considerada pela literatura especializada, como a região do país menos competitiva e mais atrasada política, social e economicamente, sendo assim mais suscetível ao clientelismo, arraigado desde os tempos longevos dessa construção desse modelo político. (RÊGO, 2008).

Outro exemplo de clientelismo político praticado até hoje no nordeste brasileiro, diz respeito à forma de desenvolvimento e modernização da economia. Pois, para atrair indústrias e fábricas para seus estados, e assim gerar empregos para a população, prefeitos e governadores cedem incentivos fiscais aos grandes empresários para instalarem suas empresas na região, em troca estes acabam financiando campanhas eleitorais, visando à manutenção de seus benefícios.

Tais trocas espúrias não diferem muito do que ocorre no grande eixo político do Sul e Sudeste, porém, se tornam mais suscetíveis em face das práticas clientelistas entre o mandonismo local e os eleitores. Ou seja, das velhas práticas impositivas coronelistas nordestinas, foram na atual conjuntura do final do século XX e XXI ressignificadas com outras formas de dominação mais modernas, mas que em seu cerne não difere muito do mandonismo, clientelismo, nepotismo e outras formas de dominação tradicional da velha política.

Realçamos, de acordo com a literatura recente, que versam sobre as eleições no século XXI, em face do fenômeno do surgimento das mídias sociais, consideremos, portanto, que essas mídias enfraqueceram consideravelmente os mandonismos coronelistas na região nordeste. Porquanto, antes tínhamos, muitas vezes, a ressignificação do coronelismo e mandonismo fortemente consolidado pelos grupos oligárquicos que detinham o controle dos meios de

comunicação como rádio e televisão. Agora, neste atual momento, temos a disputa dos votos entre este modelo tradicional e outras formas de disputa do voto, sendo que o que podemos verificar é a manutenção do poder econômico mais explicitamente com compra de votos (cap. 3).

Quanto às práticas recentes e preferências dos votos na região Nordeste, de acordo com Oliveira e Fernandes (2013), esses autores realizaram um estudo acerca dos resultados eleitorais dos partidos políticos mais bem-sucedidos no Nordeste, nas eleições municipais de 2000, 2004, 2008 e 2012, relacionando a algumas variáveis: sexo, escolaridade, ocupação e número de prefeitos eleitos em todos os municípios e para vereadores das capitais nordestinas. A partir destas variáveis, foi possível constatar o perfil dos prefeitos eleitos nas cidades nordestinas, bem como alguns padrões na organização dos partidos em relação a tais variáveis. Em linhas gerais, percebemos que:

[...] até o pleito de 2000, o PT, como representante da esquerda, possuía baixa representatividade eleitoral nos municípios nordestinos, fato que começou a mudar em 2004, com um processo de expansão que vem se mantendo constante desde então. Os maiores progressos petistas podem ser observados na Bahia, Ceará, Piauí e Pernambuco. (IDEM, 2013, p. 411).

Outro partido que passou a crescer na região é o PSB, sobretudo em estados onde fora também o partido do governador neste período (Ceará, Paraíba e Pernambuco). O PSB não só conseguiu se manter fortalecido em suas bases políticas (caso de Pernambuco) como avançou em locais de base petista. Vale frisar que a disputa PT-PSB não tem se restringido apenas ao Nordeste.

No entanto, Oliveira e Fernandes (2013) também verificaram que o PMDB (atual MDB) ainda é o partido que mais elege prefeitos no Nordeste, o que demonstra a sua alta capilaridade nos municípios, sobretudo do interior, evidenciando ainda forte o antigo modelo coronelismo na região, pois é um partido tradicional que mantivera estas práticas desde o processo da redemocratização brasileira, demonstrando, portanto, o seu forte caráter fisiologista. Constatamos, de acordo com pesquisa, que seu predomínio vem caindo lentamente, mas não é suficiente ainda para tirá-lo da liderança entre os maiores partidos na esfera local.

Outra forte característica do Nordeste é o que passou a ser chamado de “Lulismo”. Singer (2012) *apud* Oliveira e Fernandes (2013). Ao construir o conceito do Lulismo os autores revelam a importância das classes C e D para tal definição. Na concepção dos autores, foram estas classes que obtiveram benefícios da era Lula, enquanto o mesmo foi Presidente, no período de 2003 a 2010; e com isto, independentemente de posicionamentos ideológicos,

passaram a admirar e confiar no então presidente. Tal confiança e admiração possibilitaram a origem do termo Lulismo.

Em síntese, há, claramente a partir de 2006, um realinhamento político brasileiro, uma separação política entre ricos e pobres, na qual o Lulismo emergiu como o encontro de uma liderança — a de Lula — com uma fração de classe, o subproletariado⁷ que viu na invenção “lulista” a plataforma com que sempre sonhara: um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem. (OLIVEIRA; FERNANDES, 2013).

Esta aliança, responsável pela vitória eleitoral de 2006, apesar do desgaste político causado pelo “mensalão⁸”, e de 2010 de Dilma Rousseff (até então pouco conhecida publicamente), teve seus principais pontos tecidos durante o primeiro governo e aprofundados no segundo: o combate à pobreza como carro chefe do governo, por meio da concessão de bolsas e da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo principalmente da metade mais pobre da sociedade, concentrada no Nordeste brasileiro.

A história política nordestina é caracterizada pela dominância de ciclos políticos característicos de cada estado. Nesse sentido, é necessária a reflexão sobre os efeitos causados pela permanência no poder de lideranças políticas (pessoas, partidos ou grupos) por tempos consideráveis que excedem a um mandato e conduzem ao reconhecimento de hegemonia em determinados espaços políticos. Assim pode-se citar como exemplos de ciclos políticos: a Era Tasso no Ceará, o Carlismo na Bahia, os Sarneys no Maranhão.

Assim, ao analisar os resultados eleitorais de Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí, partimos da hipótese de que a competição política nesses estados é caracterizada por uma baixa rotatividade de atores políticos e por longos ciclos de permanência dos mesmos grupos políticos no poder que se revezam entre executivo municipal, executivo estadual e senado federal, se comportam ora como aliados, ora como adversários. (OLIVEIRA, 2017).

Sumarizando esse subitem verificamos que o modelo derivado do coronelismo ainda é um processo vigente em nosso país, mesmo com o avanço da democracia e as fiscalizações rigorosas da Justiça. Em todas as eleições, infelizmente, continuamos escutando casos de troca e compra de votos, corrupção, uso dos meios de comunicação para favorecer certo candidato

7 O termo subproletariado se refere a um grupo de pessoas, de trabalhadores, que oferecem a sua força de trabalho no mercado de forma que o seu salário é muito abaixo do que deveriam receber, dificultando as condições normais de vida. Estão nessa categoria os empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. (SINGER, 2009).

8 Significa o ato de corrupção em que uma grande soma em dinheiro é transferida periodicamente e de forma ilícita para favorecer determinados interesses. É derivado da palavra "mensalidade", cujo aumentativo sugere que é uma quantia avultada.

etc. Por isso, através deste trabalho, percebemos que esses casos, provenientes do modelo coronelista, oscilam nos dias de hoje no Nordeste, muitas vezes, de forma sutil e silenciosa até as formas mais explícitas de compra de votos e coações.

A política nordestina é dominada por ciclos políticos em que cada estado conta no máximo com duas lideranças que se revezam no poder, ora se comportando como aliados, ora como adversários, mas todas oriundas basicamente do mesmo grupo político. Tal fato faz com que haja uma baixa renovação dos atores políticos que disputam uma vaga nas eleições majoritárias com reais chances de sucesso. Sendo que, frisamos que na maioria dos casos, os grupos políticos são formados por famílias tradicionais de empresários que dominam a economia em cada estado e que repassam o poder aos filhos, irmãos, netos, cunhados ou parentes em geral, obviamente, que tais práticas se replicam no plano local municipal.

3.4 Conclusão

Finalizando esse capítulo, podemos dizer que o sistema eleitoral brasileiro não contempla as necessidades da nação, o que levou os parlamentares a aprovarem mudanças, sobretudo, nas eleições para deputados e vereadores. Privilegiamos, neste capítulo, a literatura sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, a qual trata os partidos políticos como instituições consolidadas e afirmando que há certo grau de institucionalização no sistema brasileiro. Os estudos sobre o sistema partidário brasileiro têm centrado suas discussões em torno da consolidação do sistema partidário atual: a fragilidade ou não dos partidos, a fragmentação excessiva ou não do sistema partidário, o impacto de tais fatores sobre o funcionamento do governo democrático, sendo realizados estudos pertinentes para examinar os partidos políticos e o sistema partidário em suas arenas de atuação.

Constatamos, também, que o comportamento do eleitor encontra respaldo em algumas teorias, que juntas permitem o desenvolvimento de novos estudos, como os estudos que embasaram o subitem 1.3 que tratou especificamente das eleições nordestinas. No subitem 1.3 buscamos identificar também que a política nordestina, em muitos aspectos, segue sob o comando de oligarquias regionais, com os partidos sendo uma extensão das tradicionais famílias políticas, igualmente, percebemos até que ponto essas oligarquias se transformaram, convivendo com estratégias partidárias modernas, bem como novas formas de arranjos políticos em face da mídia e do capital.

4 PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Buscaremos, neste capítulo, apresentar o município de São Francisco do Brejão, situado no estado do Maranhão. Para tanto, num primeiro momento, trabalharemos com as características formativa e geopolítica do Município, com o intuito de uma melhor compreensão acerca dele. Posteriormente, iremos analisar o quadro político inserido em suas particularidades, quais sejam: distribuição do voto, e perfil dos vereadores eleitos durante as eleições de 1997 até 2012, assim como serão apresentadas as preferências partidárias.

4.1 Descrição socioespacial, histórica e econômica

4.1.A Descrevendo a origem do município

O município de São Francisco do Brejão está localizado no Estado do Maranhão, na região nordeste do Brasil. A área hoje onde o município está situado começou a ser ocupada no final da década de 1960 por famílias, essencialmente, “de municípios da Bahia e de regiões do Estado do Maranhão - Codó, Dom Pedro e Coroatá”. (BARRETO, 2007, p. 100).

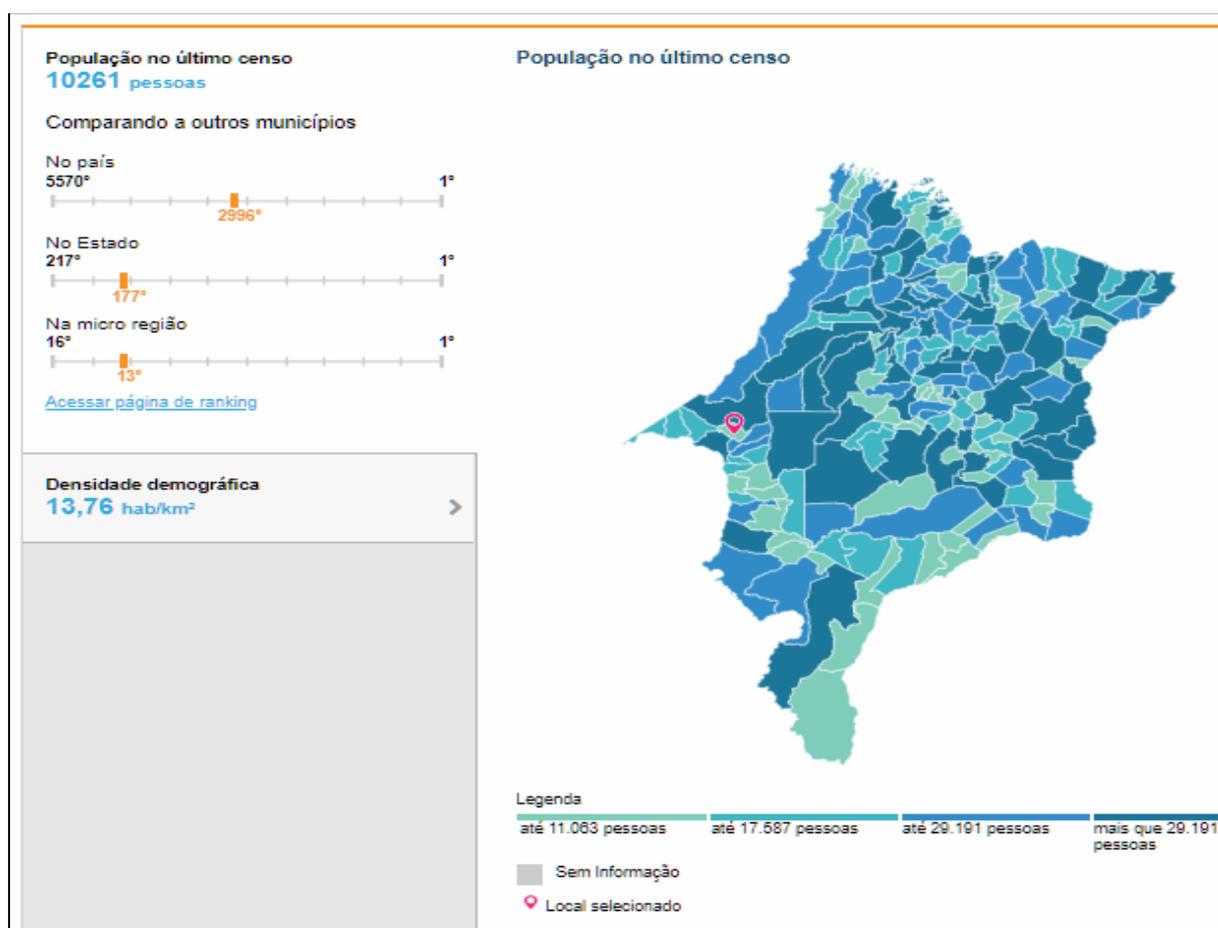
De acordo com o IBGE (2019) o nome da cidade se deve ao desbravador do Brejão (como é conhecido o município por seus habitantes), Clemente, baiano que se estabeleceu na região por volta de 1967, plantando arroz, e que morreu assassinado, ao que tudo indica, em 1968. As décadas de 1970 e 1980 foram de migração para o Brejão, período em que a ocupação das terras, até então abandonadas, era o maior estímulo aos pequenos agricultores e produtores vindos de diversos municípios do entorno e da região nordeste.

O nome São Francisco do Brejão só foi confirmado em 10 de novembro de 1994, por meio da lei estadual nº. 6.139, publicada em Diário Oficial do Estado do Maranhão, durante o mandato do Governador José Ribamar Fiquene. Os processos de emancipação, a partir da Constituição de 1988, provocaram um incremento considerável no número de municípios brasileiros. No caso do Brejão não foi diferente, e seu processo, desencadeado em 1994, teve

seu ápice, em 1996, na eleição de sua primeira prefeita, Francisca Sônia Araújo dos Santos, do então PFL, e Nailton Alves Teixeira, do PMDB, como vice-prefeito. (BARRETO, 2007).

A população estimada no último censo, em 2010, foi de 10.261 pessoas, com uma densidade demográfica de 13,76 hab/km². Segundo IBGE (2019) estima-se que atualmente o município conte com 11.652 habitantes.

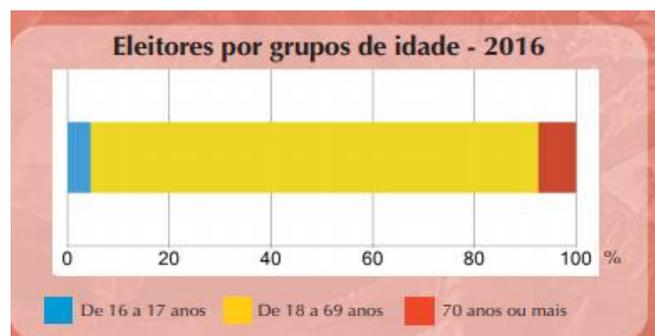
Figura 1. População em São Francisco do Brejão



Fonte: IBGE (2018)

De acordo com o tribunal regional eleitoral – TRE o município conta com 7.027 eleitores o que corresponde a 0,153% dos eleitores do estado, sendo aproximadamente 51% do sexo masculino (ver tabela 1) e cerca de 80% dos eleitores do município estão na faixa etária de 18 a 69 anos (ver gráfico 1).

Figura 2. Eleitores por grupos de idade



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE / Registros Administrativos 2018.

Tabela 2. Perfil dos eleitores

PERFIL DOS ELEITORES DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA		
	Quantidade	%
Eleitores	7.027	100,00
Eleitorado do sexo feminino	3.447	49,05
Eleitorado do sexo masculino	3.579	50,93
Eleitorado com sexo não definido	1	0,01

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE/Registros Administrativos 2018.

4.1.B Descrição da mesorregião do oeste maranhense e microrregião de Imperatriz

São Francisco do Brejão está localizado na microrregião de Imperatriz que é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Oeste Maranhense. Essa região tem uma população estimada em 550.108 habitantes e está dividida em dezesseis municípios e possui uma área total de 29.483,768 km².

O município, portanto, está localizado no extremo Oeste do estado do Maranhão com latitude de 05°07'29", longitude de 47°23'20", e altitude de 255 metros acima do nível do mar. A distância entre a sede e a capital do estado, São Luís é de 447 km (em linha reta). O acesso à sede se dá via BR-010, na altura do povoado Trecho Seco, percorrendo a MA-125, em 20 km de rodovia em perfeito estado de conservação.

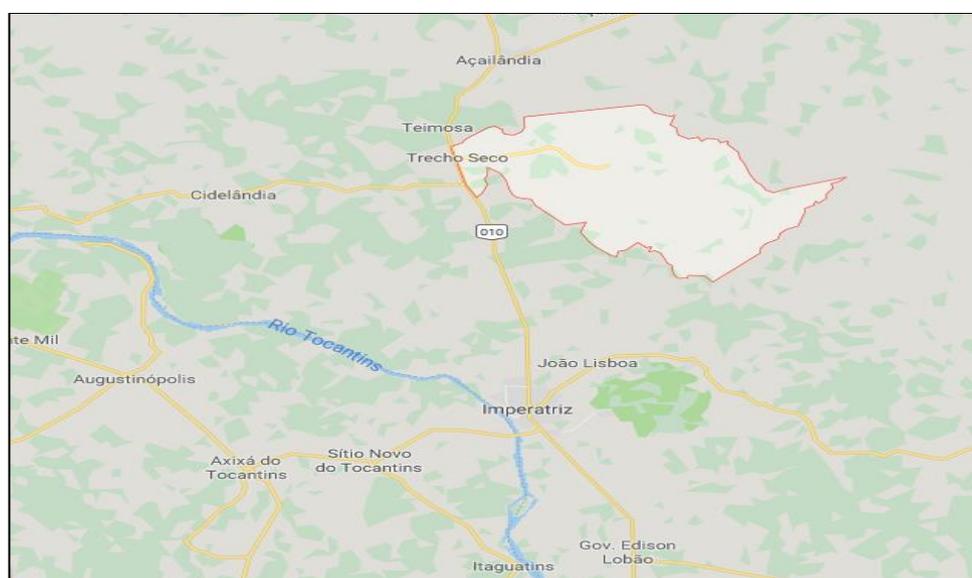
Limita-se ao Norte com o município de Açailândia, a Leste com o município de João Lisboa, a Oeste e ao Sul com os municípios de Cidelândia e Imperatriz. O município possui solos arenosos e areno-argiloso, PH de 5,6 a 6,4 até 20 cm, basicamente vegetação de pastagem, clima tropical com temperaturas médias entre 19° e 28°, pluviosidade média abaixo de 2000 mm por ano (entre dezembro e abril), cercado por brejos em todo o perímetro, área

propícia, portanto, às práticas agropastoris que lhe darão os contornos econômicos, em face da produção agropecuária pujante.

4.1.C Divisão espacial e suas fronteiras

O município recém-criado foi desmembrado em parte do município de Açailândia e de Imperatriz, localizando-se na região oeste do Maranhão, distante da capital 543 km e limitando-se ao norte com o município de Açailândia, a leste com João Lisboa, a oeste com Imperatriz e Cidelândia e ao sul com Imperatriz.

Figura 3. Localização



Fonte: Imagem retirada do Google Maps (2018)

A cidade divide-se em povoados, entre os quais trabalhamos com: Centro (ou Brejão como é comum a designação), Serra do Cravin, Trecho Seco, Assentamento Vila João Palmeira, Vila Leal - Centro do Robertão e Vila União. Consideramos, deste modo, São Francisco do Brejão como constitutivo do que poderíamos delimitar como integrante da Região Metropolitana da grande Imperatriz, haja vista que esta cidade funciona como polo regional da região Tocantina e centro econômico dinamizador.

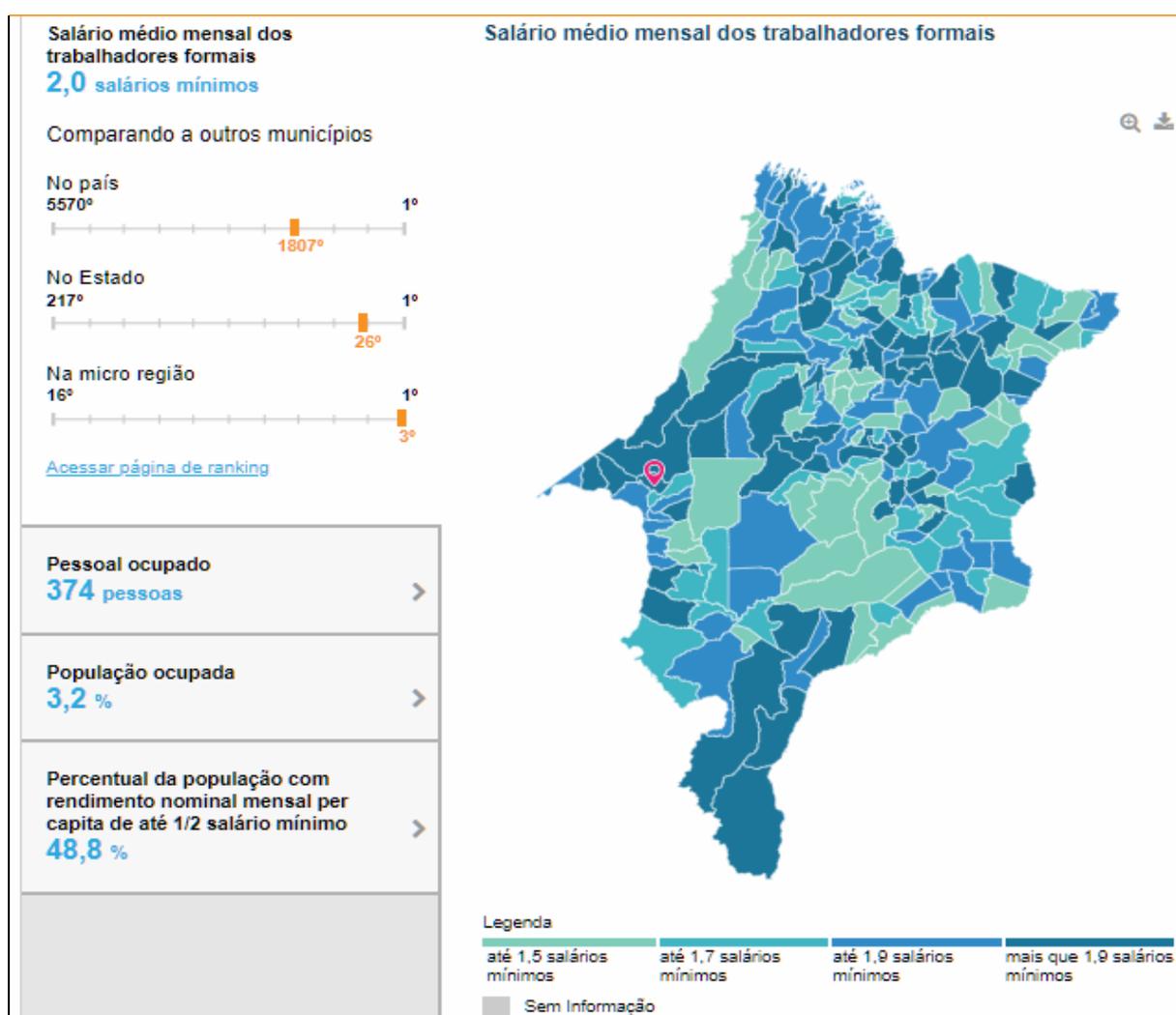
4.1.D Atividades econômicas e IDH

Na cidade há um hospital municipal, 06 postos de saúde e 13 escolas da rede pública municipal. Há ainda 01 escola particular, 01 posto dos Correios, 01 agência bancária do Sicoob,

01 posto do banco Bradesco, 01 atendimento da Caixa, 01 delegacia de polícia, com o efetivo de 06 policiais, 01 igreja católica e pelo menos 08 evangélicas.

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 3.2%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 5480 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 48.8% da sua população vivendo nessas condições.

Figura 4. Emprego e Renda



Fonte: IBGE (2019)

Em 2017, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7, inferior a média de 3.9 obtida em 2015. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais

colocava esta cidade na posição 137 de 217. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 33 de 217. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 140 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 4499 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O Maranhão apresenta ainda uma alta taxa de analfabetismo (19,9%) e de analfabetismo funcional (31,3%) devido à evasão de alunos. De acordo com dados do Censo do IBGE (2010) e do PNUD (2013), a renda per capita média do Maranhão é a pior do país R\$ 360,43. O percentual de pobres chega a 39,5% no estado, enquanto o índice brasileiro é de 15,2%. O Maranhão apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,639, ficando atrás somente de Alagoas, estado que tem menos que a metade da população maranhense e marcou um IDHM de 0,631. São Francisco do Brejão tem 0,584 de acordo com dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - São Francisco do Brejão é 0,584, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM) entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,748, seguida de Renda, com índice de 0,556, e de Educação, com índice de 0,479.

Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São Francisco do Brejão - MA

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,058	0,242	0,479
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	6,14	13,41	34,46
% de 5 a 6 anos na escola	8,38	80,51	98,62
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	11,82	35,41	76,07
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,72	9,53	34,19
% de 18 a 20 anos com médio completo	-	4,74	17,10
IDHM Longevidade	0,587	0,622	0,748
Esperança de vida ao nascer	60,24	62,31	69,86
IDHM Renda	0,494	0,505	0,556
Renda per capita	173,04	185,64	253,78

Fonte: Atlas Brasil (2019)

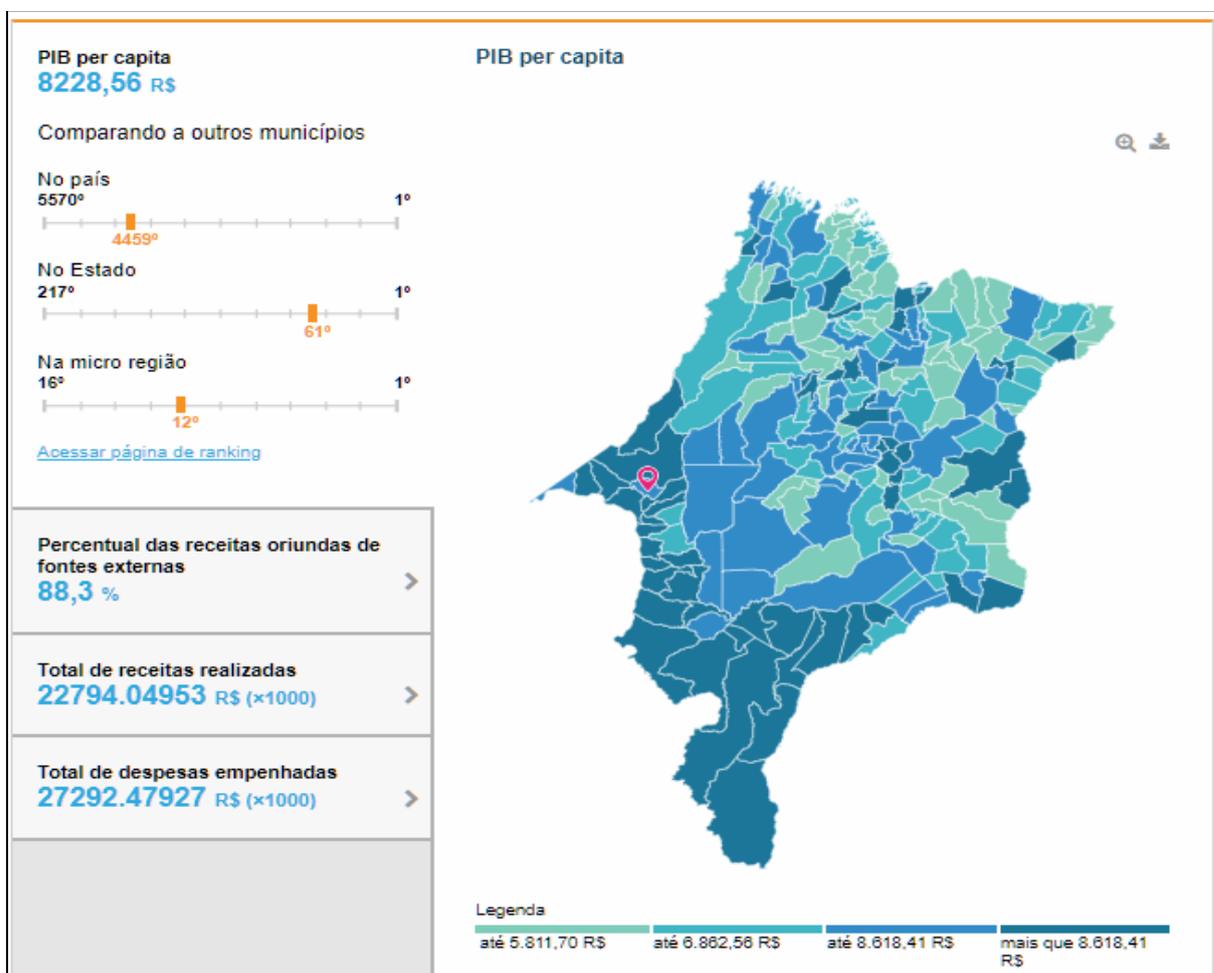
O IDHM passou de 0,424 em 2000 para 0,584 em 2010 - uma taxa de crescimento de 37,74%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,22% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,237), seguida por Longevidade e por Renda (ATLAS BRASIL, 2019).

O IDHM passou de 0,256 em 1991 para 0,424 em 2000 - uma taxa de crescimento de 65,63%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 77,42% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,184), seguida por Longevidade e por Renda (ATLAS BRASIL, 2019).

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,256, em 1991, para 0,584, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,357 para 0,639. Isso implica em uma taxa de crescimento de 128,13% para o município e 78% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,91% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,421), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (ATLAS BRASIL, 2019).

Em relação à economia do município segundo o IBGE (2019) o PIB per capita é R\$ 8.228,56, sendo que 88,3% da receita da cidade têm fontes externas.

Figura 6. PIB – Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE (2019)

Conforme verificamos na figura acima, São Francisco do Brejão possui um PIB médio, quando comparado com os demais municípios maranhenses, justamente pela sua pouca diversidade econômica, quanto ao PIB per capita o município ocupa a 61ª posição comparado com os outros 217 municípios do estado e 4.459º em relação aos 5.570 municípios brasileiros. Estabelecendo um comparativo entre o município e sua posição no Estado, verifica-se que o Maranhão se destaca negativamente entre as demais unidades da federação por apresentar os piores indicadores sociais. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o estado possui uma taxa de urbanização de 58,9%, inferior ao registrado para os demais estados brasileiros (84,3%) e para a região nordeste (73,1%). É o estado com a maior taxa de mortalidade infantil (23,5 óbitos por mil nascidos) e menor número de médicos e disponibilidade de leitos hospitalares. Dentre os municípios maranhenses, São Francisco do Brejão figura com uma das mais altas taxas de mortalidade infantil, 32,26 óbitos por mil nascidos vivos.

Suas atividades principais são, desde sua origem, a agricultura e a pecuária, esta última desenvolveu com mais vigor e proporcionou a formação de uma estrutura fundiária em que as grandes propriedades (com mais de 1000 hectares) correspondem a quase 40% da área do município, sendo que apenas 2,66% da área total é destinada às propriedades com menos de 10 hectares. A pecuária bovina de corte e de leite é a principal atividade no município atualmente, colocando a agricultura em posição marginal, quase exclusivamente para subsistência e desenvolvida por um número reduzido de produtores, ao contrário das décadas de 1970 e 1980, período no qual a agricultura era a principal atividade econômica, principalmente o cultivo de arroz, além do extrativismo vegetal que foi um dos fatores de povoamento do município.

Na década de 1990, o cultivo do caju e a criação de suínos tiveram destaque. Atualmente, pudemos perceber o estímulo à plantação de mamona para a produção de biocombustível por parte de alguns projetos governamentais em parceria com o capital internacional. Os laticínios aparecem como a principal atividade do setor secundário, praticamente inexistindo outro tipo de produção industrial. Já em relação ao setor de serviços, percebemos um comércio em fase de crescimento. Em 1999, existiam 73 estabelecimentos comerciais, entre empreendimentos de micro e pequeno porte, localizados principalmente na Avenida Castelo Branco. O pouco incremento nessas atividades é destacado pelos moradores que, no entanto, ainda são obrigados a se dirigirem à Açailândia e Imperatriz para conseguirem determinados produtos e serviços.

Concluimos que o município é jovem, mas apresenta índices ruins de desenvolvimento humano, renda, mortalidade infantil, PIB, caracterizando assim, uma população carente e um município que tem nas atividades da agricultura e pecuária sua fonte de renda.

4.2 Eleições municipais – 1996 a 2012

Antes de abordar as eleições municipais de São Francisco do Brejão, é necessário situar o leitor no campo político maranhense que tem particularidades, tais como, o predomínio de oligarquias ou grupos políticos por um longo período de tempo (ver subcapítulo 1.3). Até 1965 o estado era comandado pelo grupo político de Vitorino Freire. Esse período foi marcado por corrupção nas eleições que permitiam a vitória de Vitorino e seus aliados em todos os pleitos e altos índices de pobreza da população em todo o estado.

A partir de 1965, o estado passa as mãos de outro grupo político, a família Sarney, que comandou o estado por quase 5 décadas. Ao examinarmos o contexto político do Maranhão no período pós-redemocratização é importante mostrar como se deu a ascensão da família Sarney ao poder político no estado. José Sarney iniciou na política maranhense no grupo do Senador Vitorino Freire, mas foi na oposição, mais precisamente na UDN, que construiu sua carreira política.

A UDN maranhense era um dos partidos que integrava a chamada “Oposições Coligadas”, grupo interpartidário que reunia diversos partidos descontentes com o mandonismo vitorinista. Apesar de não conseguir derrotar eleitoralmente a oligarquia vitorinista e seu PSD – devido, sobretudo, ao uso da máquina governamental para fraudar eleições como forma de se manter no poder – a atuação das “Oposições Coligadas” conquistou o apoio de diversos segmentos sociais no Maranhão. A essa época, a principal liderança da oposição não era José Sarney, mas sim o deputado federal Neiva Moreira do PSP.

Para Costa (2002), o golpe militar foi o evento mais significativo que produziu mudanças importantes na política maranhense e deu início a ascensão de José Sarney como principal liderança política do estado. Para o autor, o golpe militar trouxe três consequências para a política maranhense:

- 1) Sarney se consolidou como uma das principais lideranças de oposição, tornando-se o candidato a governador nas eleições de 1965 com a proposta de um “Maranhão Novo”;
- 2) O golpe causou um racha no grupo de Vitorino Freire devido a divisão do grupo quanto a indicação do candidato a governador pelo PSD. Visando credenciar-se como o novo

chefe político estadual, o então governador Newton Bello lançou a candidatura de Costa Rodrigues, ao passo que o candidato de Vitorino era o deputado Renato Archer;

3) Por fim, a candidatura de Sarney contou com o apoio do Governo de Castelo Branco (1964/1967). Tal apoio se deve ao fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar.

Antes das eleições de 1965, o governo Castelo Branco realizou uma série de medidas, tais como: revisão eleitoral visando combater a corrupção eleitoral, tal revisão eliminou mais de 200 mil eleitores “fantasmas” num universo de quase 500 mil e convocou as tropas do Exército para garantir as eleições como forma de apoio à candidatura de Sarney. O resultado dessas mudanças foi a eleição de Sarney para governador em 1965.

Costa (2002) afirma que “o projeto do “Maranhão Novo” de Sarney foi possibilitado pelo retrocesso político a nível nacional (o “atraso” da ditadura militar)”. José Sarney venceu a eleição com um discurso de um “Maranhão Novo” estabelecendo um contraponto ao Maranhão “atrasado” representado pela oligarquia Vitorinista. A gestão “Maranhão Novo” era marcada pelo “moderno”, identificado com implantação de um aparelho burocrático de gestão racional e com um quadro de funcionários de reconhecida capacidade técnica e, além disso, guiados pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão.

A oligarquia Sarney tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transpareceu como o núcleo principal do discurso ideológico perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante. (COSTA, 2002, p. 6).

A gestão Sarney adotou um programa econômico que visava o desenvolvimento econômico do Maranhão, no qual o aparelho estatal garantia o arcabouço jurídico e as condições de infraestrutura necessárias para a expansão do capital, mas sem mexer com as bases agrárias da economia maranhense e sem desfazer os laços políticos do período Vitorinista. Usando a justificativa de desenvolver a economia maranhense, Sarney realizou uma reforma administrativa para “modernizar” o aparelho estatal.

Dentre seus principais projetos destacam-se: a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), o Porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a implantação de grandes projetos agropecuários visando a modernização do setor agrícola. Foi usando o discurso de modernização e se aproveitando dos graves problemas sociais enfrentados

pelo estado que Sarney e seus aliados conquistaram o eleitor maranhense e permaneceram no comando do estado por meio século como a oligarquia mais forte do nordeste brasileiro. O ciclo da oligarquia foi quebrado no estado em 2006 com a eleição de Jackson Lago, que derrotou a ex-governadora Roseana Sarney no segundo turno.

Após sua eleição colocar um fim aos 40 anos de domínio de Sarney no estado, Lago foi acusado pela campanha da candidata adversária, já no final de 2007, de cometer irregularidades eleitorais como abuso de poder e compra de votos. Em 2 de março de 2009, o TSE julgou ação movida pela coligação da candidata derrotada Roseana Sarney e decidiu, em votação apertada, anular os votos de Lago e de seu vice, Luís Carlos Porto, do PPS. Em razão disso, Roseana Sarney passou a ter mais da metade dos votos válidos (60%), fazendo com que o TSE então a declarasse eleita e determinasse que ela tomasse posse. Jackson e Porto continuaram em seus cargos até o fim do julgamento de recursos. Em 16 de abril de 2009, o TSE confirmou a cassação do mandato de Lago e Porto e ordenou a diplomação da segunda colocada no pleito. Entretanto, Lago se recusou a abandonar o Palácio dos Leões, sede do governo. O movimento de resistência ao novo governo recebeu o nome de "balaiada" (em alusão à revolta que ocorreu no estado entre 1838 e 1841) e recebeu apoio do MST, da Via Campesina, do deputado federal Domingos Dutra (PT) e do deputado estadual Valdinar Barros, Olívio Dutra e Beth Carvalho. Após a saída do Palácio dos Leões, Jackson prometeu continuar sua vida política em discurso no diretório estadual do PDT⁹.

Roseana assumiu o mandato em 2009 e conseguiu a reeleição em 2010, no primeiro turno, numa disputa acirrada com ex-governador Jackson Lago e o então deputado federal Flávio Dino. No pleito de 2014, Flávio Dino foi eleito no primeiro turno com mais de 60% dos votos derrotando o Edinho Lobão, candidato apoiado pela oligarquia. Com um trabalho reconhecido em nível nacional, Flávio Dino conseguiu a reeleição desta vez derrotando Roseana Sarney que tentava o seu quinto mandato como governadora. Além das eleições para governador, Flávio Dino conseguiu eleger os senadores do pleito eleitoral, pondo um fim pela primeira vez de representantes na câmara alta ligados à oligarquia Sarney. Como veremos a seguir, ao examinar as eleições para prefeito, governador e senador no período pós-redemocratização, que a Oligarquia Sarney ainda mantém influência nas eleições do estado, mesmo com o poder político bastante reduzido, sua influência ainda é decisiva na política maranhense e não é diferente em São Francisco do Brejão.

Quanto, especificamente, as eleições municipais, delineamos que a primeira eleição para o cargo do executivo municipal de São Francisco do Brejão ocorreu em 03 de outubro de 1996, com a eleição da Sra. Francisca Sônia Araújo dos Santos como Prefeita. Já em 01 de janeiro de 2001 foi empossado o Prefeito Francisco Santos Soares, mais conhecido como Franciscano,

⁹ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jackson_Lago>. Acesso em mai. de 2019.

que foi reeleito em 2004 para administrar o município até 2008. Em 2008 foi eleito o filho da ex-prefeita Francisca Sônia, o Alexandre Araújo dos Santos. Mas em 2012 o ciclo de 04 eleições nas mãos dos Soares Santos e Araújo Santos que mantinham residência fixa em São Francisco do Brejão para fins eleitorais, mas moravam, de fato, em Imperatriz ou São Luís, foi interrompido no dia 07 de outubro pelo povo brejãoense que elegeu seu primeiro representante residente no próprio município, com a eleição do jovem Magnaldo Fernandes para o quadriênio 2013-2016.

No momento da eleição para prefeito, Magnaldo estava no exercício do seu terceiro mandato consecutivo de vereador. Porém, após eleito uma grande tragédia não permitiu que o mesmo concluísse seu mandato, no dia 05 de junho de 2015 fora vítima de uma leucemia aguda, faleceu o jovem de apenas 42 anos e prefeito da cidade, assumindo, portanto, o seu vice do mesmo partido. A tabela a seguir apresenta um resumo dos prefeitos eleitos e seus partidos.

Tabela 3. Prefeitos eleitos em São Francisco do Brejão

PREFEITOS	PERIODO	SEXO	Nº	PARTIDO/COLIGAÇÃO
Francisca Sônia Araújo dos santos	1997-2000	F	25	PFL
Francisco Santos Soares	2001-2004	M	15	PL / PMDB / PSB / PSDB / PRN
Francisco Santos Soares	2005-2008	M	15	PDT / PTB / PMDB / PSB / PSDB
Alexandre Araújo dos Santos	2009-2012	M	43	PV / PSB / PDT
Magnaldo Fernandes Gonçalves	2013-2015	M	45	PP / PTB / PSC / PSDB
José Osvaldo Farias	2015-2016	M	45	PP / PTB / PSC / PSDB

Fonte: Autor, (2019).

4.2.A Eleições municipais para o Poder Executivo de 1997, 2000, 2004, 2008, 2012: predominância partidária

Conforme visto na tabela 3 apresentada no final do subitem 2.2.1. foram cinco prefeitos que governaram a cidade de São Francisco do Brejão no período de 1997 a 2016 correspondente a 5 eleições. No dia 19 de junho de 1994 os moradores do então povoado Brejão pertencente à cidade de Imperatriz foram as urnas e votou no plebiscito pela emancipação do município que

passaria a ser chamado de São Francisco do Brejão após a Lei nº 6.139/94 ser sancionada pelo então Governador José de Ribamar Fiquene.

Em 1996 ocorreu a primeira disputa eleitoral do município, que tinham como concorrentes a empresária Francisca Sônia Araújo dos Santos, Dr. Milton Lopes que exercia o cargo de vereador por Imperatriz e o pecuarista Raimundo Alves de Oliveira. Com o término da disputa eleitoral, Francisca Sônia do PFL, foi sacramentada eleita com 53,59% dos votos, cerca de 1.374 votos nominais contra 38,42%, que representaram 985 votos, de Raimundo Alves de Oliveira que ficou em segundo lugar e Dr. Milton Lopes com 205 votos, 7,99% em 3º lugar, ou seja, na última colocação.

Tabela 4. Resultado da eleição de 1996 em São Francisco do Brejão

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS	%
Francisca Sônia Araújo dos Santos	PFL/SEM COLIGAÇÃO	25	1.374	53,59
Raimundo Alves De Oliveira	PSDB/SEM COLIGAÇÃO	45	985	38,42
Milton Lopes do Nascimento	PTB/SEM COLIGAÇÃO	14	205	7,99
TOTAL			2.564	100

Fonte: Autor, (2019).

Além da prefeita outros nove vereadores foram eleitos, sendo três do PSDB, outros três do PMDB, dois do PFL e um do PPB, este inclusive com maior número de votos, 158 que elegeram Francisco Santos Silva, conhecido por Chico Pernambuco. (VALE, 2011).

Porém, antes de iniciar o próximo pleito eleitoral, o corregedor eleitoral, Jamil Gedeon, determinou que o processo eleitoral do município fosse revisto, por “apresentar percentual de eleitores superior a 65% da população. A medida veio atender à solicitação do vereador Raimundo Antônio de Souza, do PSDB”. (VALE, 2011, p.34).

Diante do exposto, a disputa para o segundo mandato ocorreu entre a então prefeita Sônia Santos que disputava a reeleição, que foi permitida a partir de 1998, com a aprovação da PEC que possibilitou o Presidente FHC ser reeleito, com o pecuarista Francisco Santos Soares, conhecido por Franciscano, que acabou eleito com 62,23% dos votos (2.178 votos) contra 37,77% (1.322 votos) de Francisca Sônia. No mesmo pleito outros novos vereadores foram eleitos, sendo estes do PSDB, PMDB e PFL.

Tabela 5. Resultado da eleição de 2000 para prefeito em São Francisco do Brejão

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS	%
Francisco Santos Soares	PL / PMDB / PSB / PSDB / PRN	15	2.178	62,23
Francisca Sônia Araújo dos Santos	PTB / PFL	25	1.322	37,77
TOTAL			3.500	100

Fonte: Autor, (2019).

Em 2004 outro processo eleitoral deu início, caracterizando o terceiro mandato da cidade, novamente os mesmos candidatos concorreram às eleições, de um lado o pecuarista Franciscano e de outro a ex-prefeita Sônia. Franciscano foi reeleito para o seu segundo mandato com 63,32 dos votos validos contra 36,68% da ex-prefeita Sônia Santos.

Tabela 6. Resultado da eleição de 2004 para prefeito em São Francisco do Brejão

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS	%
Francisco Santos Soares	PDT / PTB / PMDB / PSB / PSDB	15	2.681	63,32
Francisca Sonia Araújo dos Santos	PT / PSL / PL / PFL / PV	25	1.553	36,68
TOTAL			4.234	100

Fonte: Autor, (2019).

Para o pleito de vereadores, outros dois partidos elegeram representantes: PV e PTB, no entanto, prevaleceu PSDB, PMDB e PFL (VALE, 2011). O quarto mandato para o quadriênio 2009-2012 teve uma disputa acirrada entre os três primeiros colocados Alex Santos (PV) – filho da ex-prefeita Sônia, Antônio Baiano (PSDB) então vice-prefeito, Adão Carneiro (PT) e Josué Alves (DEM). O resultado da disputa foi bem apertado, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo, a diferença entre o 1º e o 2º colocado foi menos que 200 votos, elegendo assim Alex Santos do PV. Nesse pleito eleitoral destacamos a primeira participação de outros partidos, tais como, PT e PV, na disputa pela eleição municipal.

Ainda o quarto mandato marca a eleição de um vereador do PT e outro do PSB, caracterizando assim alguma inovação na eleição partidária, até então marcada por PSDB, PFL e PMDB. (VALE, 2011).

Tabela 7. Resultado da eleição de 2008 para prefeito em São Francisco do Brejão

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS	%
Alexandre Araújo dos Santos	PV / PSB / PDT	43	1.622	32,20
Antonio Lima Brandão	PSDB / PMDB / PTB	45	1.483	29,44

Adão de Sousa Carneiro	PT / PSL	13	1.301	25,82
Josué Alves de Sousa	DEM / PP	25	632	12,54
TOTAL			5.038	100

Fonte: Autor, (2019).

Vereador por três mandatos, Magnaldo Fernandes (PSDB) foi eleito prefeito de São Francisco do Brejão na eleição de 2012 para o quinto quadriênio do município, com 2.296 votos, concorrendo com Alex Santos (PV) então prefeito e Adão Carneiro (PT). Porém, em julho de 2014, por maioria de votos, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) havia cassado os mandatos de Magnaldo Fernandes e do seu vice José Osvaldo Farias também do PSDB. A corte eleitoral considerou que, nas eleições de 2012, os, então, candidatos praticaram "captação ilícita de votos", ao oferecer transporte gratuito a 42 eleitores do município que residiam em Brasília, Goiânia e Anápolis (GO). Na época, a corte determinou que os segundos colocados, Adão de Sousa Carneiro e o Francisco Santos Soares Júnior (PMDB), substituíssem o prefeito e vice, respectivamente. (TER-MA, 2014).

De acordo com o voto divergente apresentado pelo desembargador Guerreiro Júnior (corregedor e vice-presidente), diante da indubitável prática do abuso do poder econômico, foi declarada ainda a inelegibilidade dos dois para as eleições que se realizarem nos 08 anos subsequentes ao último pleito, declarando nulos os votos a eles conferidos, devendo, no caso da chefia e vice do Executivo, por não incidirem o percentual de 50% - eles tiveram 40,21% dos votos válidos - firma-se como eleitos para tais cargos Adão de Sousa Carneiro e Francisco Santos Soares Júnior, segunda chapa majoritária mais votada (37,1% dos votos válidos), nos termos do artigo 224 do Código Eleitoral.

O abuso de poder econômico, no âmbito eleitoral, deve ser compreendido como a utilização indevida ou excessiva de recursos patrimoniais detidos, controlados ou disponibilizados ao agente, com vistas às eleições. A conduta independe de condicionamento a qualquer pedido de voto ou mesmo de influência efetiva ou potencial no resultado do pleito. Basta a possibilidade de desequilíbrio à disputa concorrencial, de maneira gravosa, consoante as circunstâncias do caso concreto. (TRE-MA, 2014).

No recurso, a coligação "O Progresso Está Voltando" objetivava a reforma da sentença proferida pelo juízo da 71ª zona eleitoral de Açailândia, que julgou improcedente o pedido de inelegibilidade e cassação dos registros ou diplomas, alegando prática de abuso de poder econômico por parte de Magnaldo e José Osvaldo, em virtude do oferecimento de transporte

gratuito a 42 eleitores naturais de São Francisco do Brejão, mas residentes nas cidades relacionadas anteriormente.

O juízo de primeiro grau havia sentenciado que muito embora restasse comprovado o efetivo transporte, "o conjunto de provas não gerou convicção de que o transporte ilícito de fato ocorreu", já que no seu entendimento recai apenas sobre uma testemunha a afirmação do ilícito, não constituindo prova robusta para um decreto condenatório.

Inconformados, os recorrentes alegaram ao TRE-MA caracterização do abuso do poder econômico, sobretudo em municípios interioranos demasiadamente pobres, prescinde de pedido expresso de votos pelo próprio candidato ou de condicionamento à votação em futuro candidato, sendo grave, por si só, a oferta gratuita de transporte com vistas à alienação de liberdade de escolha do eleitor carente, desequilibrando a disputa, conduta que se demonstraria hábil a afetar a lisura e normalidade das eleições.

Em suas contrarrazões, os recorridos asseveraram que suas participações diretas ou indiretas na disponibilização do transporte não teriam sido comprovadas pela prova dos autos, conduta que, de qualquer forma, sequer seria revestida da gravidade adequada para interferir no resultado do pleito. O Ministério Público Eleitoral sustentava inexistir elemento de prova que conduzisse à constatação "de que as circunstâncias que compõem o fato objeto do processo estão investidas de gravidade tal que tenha operado prejuízo à normalidade ou legitimidade do pleito. Declarou-se impedido de votar o desembargador Clodomir Sebastião Reis e foi vencida a relatora do processo no Tribunal, desembargadora Alice de Sousa Rocha.

O Jovem prefeito de 42 anos, Magnaldo Fernandes foi declarado inocente pelo TRE/MA, no entanto, como já visto anteriormente, o seu mandato não foi concluído, por conta de uma leucemia aguda, que o levou a óbito em 05 de junho 2015.

José Osvaldo, que era vice-prefeito, foi empossado no cargo após a morte do prefeito Magnaldo Fernandes (PSDB). A solenidade de posse do novo prefeito ocorreu com muita emoção, vários vereadores, lideranças política de várias correntes discursaram sobre o momento, oportunidade em que lamentaram a morte precoce do então prefeito Magnaldo Fernandes e desejaram sucesso ao novo gestor municipal. Após ser declarado prefeito, José Osvaldo decretou luto oficial na cidade por três dias. (O ESTADO, 2015).

Tabela 8. Resultado da eleição de 2012 para prefeito em São Francisco do Brejão

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS	%
Magnaldo Fernandes Gonçalves	PP / PTB / PSC / PSDB	45	2.296	40,21

Adão de Sousa Carneiro	PT / PMDB / PRB / PSB / PC do B	13	2.113	37,01
Alexandre Araújo dos Santos	PDT / PR / PPS / DEM / PSDC / PV / PSD	43	1.301	22,78
TOTAL			5.710	100

Fonte: Autor, (2019).

A fim de visualizar o quadro mais recente de vereadores que antecederam a campanha eleitoral de 2016, temos a seguinte composição da Câmara Municipal de São Francisco do Brejão: em que foram eleitos vereadores de 7 partidos diferentes, PT e PMDB ficaram com 2 vereadores cada um, PSDB, PSC, DEM, PV e PSB cada um ocuparam uma cadeira.

Tabela 9. Vereadores eleitos na eleição de 2012

VEREADORES	PARTIDO	VOTOS	%
Ana Quitéria Rodrigues Brito	PV	286	4,94%
Aroldo Carneiro Lira	PMDB	275	4,75%
Claudian Dias de Sousa (Claudian do Grilo)	PT	264	4,56%
Delzuite Alves de Sousa (Deuzinha da Saúde)	PT	256	4,42%
Lucimary de Sousa Freires (Preta)	PMDB	250	4,31%
Tiago Lima Cavalcante (Tiago do Zé Jacó)	PSDB	250	4,31%
Francisco Pereira de Moraes (Francisco do Robertão)	PSB	240	4,14%
Pascoal da Cruz Branco	DEM	201	3,47%
Robson Canela de Sousa	PSC	179	3,23%

Fonte: Autor, (2019).

Mediante o exposto no quadro acima, visualizamos que foram eleitos vereadores de 07 partidos diferentes: PT e PMDB ficaram com 02 vereadores cada um; sendo que o PSDB, PSC, DEM, PV e PSB cada um ocuparam uma cadeira. Tais divisões do voto e preferências partidárias, obviamente, darão o tom das inclinações dos votos na eleição seguinte, bem como a estruturação partidária bastante visível e consolidada na cidade.

4.3 Conclusões

Concluindo esse capítulo podem ser feitas algumas observações, tais como, São Francisco do Brejão é um município com IDHM baixo, que sofre com a falta de infraestrutura e investimentos prioritários em saúde e educação, acompanhando a média obtida nesses itens no próprio Estado.

Trata-se de uma cidade rural, com desenvolvimento simples da agricultura e da pecuária. No tocante ao seu quadro político não apresentou, durante as quatro primeiras eleições, que vão de 1996 a 2008 grandes inovações em partidos que disputaram esses pleitos, caracterizando o domínio do PMDB com a família Santos Soares representada pelo pecuarista Franciscano e do PFL/PV com a família Araújo Santos, com os ex-prefeitos Sônia Santos e seu filho Alex Santos, ambas apoiadas pela Oligarquia Sarney. Esse quadro passou a se modificar na eleição de 2012, com a vitória do PSDB de Magnaldo Fernandes, sem apoio e sucesso da influenciada Oligarquia Sarney que dominava o estado no período.

Realça-se, ainda, fortemente a questão da influência do governo do estado nas eleições, pois todos os prefeitos eleitos nos pleitos possuíam correspondência político partidária com o partido do governador, ou seja, diretamente com o apoio da família Sarney até eleição de 2012 quando essa influência foi rompida. Destacamos que as mudanças no corpo político da prefeitura se aprofundariam nas eleições de 2016 com a vitória de Adão Carneiro do PCdoB, como reflexo das mudanças ocorridas no Estado que será o nosso objeto de estudo no terceiro capítulo, mantendo, contudo, neste pleito a influência do governador eleito Flávio Dino do PCdoB.

5 RECONSTRUÇÃO DA ELEIÇÃO DE 2016: PERFIL DOS CANDIDATOS E OPINIÃO DOS ELEITORES

Esse capítulo possui o objetivo principal de reconstruir as eleições de 2016 apresentando o perfil dos candidatos, bem como as opiniões dos eleitores. Inicialmente é apresentado o perfil político dos candidatos e o cenário da eleição, em seguida é feita a reconstrução da eleição, finalizando com reflexões acerca dos eleitos e dos eleitores sobre o processo eleitoral de 2016 no intuito de apontar como se estabelecem as preferências do voto na cidade de São Francisco do Brejão.

5.1 Perfil político dos candidatos a prefeitos e vice-prefeitos

A fim de reconstruir a campanha eleitoral de 2016, convém, primeiramente, delinear a trajetória política dos candidatos, com a finalidade de mostrar as suas alianças políticas e que, conseqüentemente, vieram a contribuir para o cenário político partidário de 2016. Realçamos, contudo, que a disputa eleitoral no município de São Francisco do Brejão começou com quatro candidatos e terminou com três. São eles: José Osvaldo Farias (PRB), Ednalva Brandão Gonçalves PSDB), Francisco Santos Soares (PMDB) e Adão Carneiro (PT).

O candidato José Osvaldo Farias, conhecido como Zé Doía, pecuarista já tinha exercido o cargo de vereador na primeira eleição do município ocorrida no ano de 1996, tentou a reeleição para vereador no pleito seguinte de 2000, mas não alcançou êxito. Na eleição de 2008, Zé Doía articulou-se como candidato a prefeito, mas foi impedido pelo PSDB, seu partido a época que optou pela candidatura do então vice-prefeito, Antônio Lima Brandão, conhecido como Antônio Baiano.

Na eleição de 2012 o PSDB lançou como candidato o vereador de três mandatos consecutivos o jovem Magnaldo Fernandes que a princípio teria como vice o professor e pastor Edior-tegnam de Andrade Costa, politicamente conhecido como professor Orté que era o atual vice-prefeito do município pelo PSB; porém, uma articulação feita pelo PT através do então deputado estadual Valdinar Barros, que contou com apoio do ex-governador do Maranhão José Reinaldo Tavares, a direção estadual do PSB destituiu a direção municipal e entregou o partido para o então candidato do PT, Adão Carneiro.

Com essa alteração o PSB passou a integrar a aliança com o PT e PMDB impedindo dessa forma o PSB de formar uma aliança com o PSDB. Com esse impedimento, o senhor Zé Doía do PSDB foi indicado pelo PSB para compor como vice do vereador Magnaldo Fernandes. Magnaldo e Zé Doía vencem as eleições de 2012, mas como já mencionado no capítulo anterior, no início do seu segundo ano de governo Magnaldo foi diagnosticado com leucemia linfóide aguda e após um ano e meio de luta veio a óbito. Com a morte de Magnaldo, Zé Doía toma posse como prefeito em 07 de junho de 2015 e tenta a reeleição para o executivo municipal de São Francisco do Brejão, agora pelo PRB na coligação *“Juntos Para Fazer Muito Mais”*. Zé Doía teve como vice o jovem Saulo Milhomem do PDT, médico veterinário e ex-secretário de Agricultura do município no governo Alex Santos.

Outro nome a entrar na disputa para o executivo nas eleições de 2016 foi o da empresária Edinalva Brandão Gonçalves, natural de Coroatá – MA, viúva do ex-prefeito Magnaldo Fernandes e filha do ex-vereador, assim como ex-vice-prefeito do município, o também empresário Antonio Lima Brandão. Ednalva concorreu à eleição pelo PSDB na coligação: *“Com a Força do Povo Venceremos de Novo”*, formada pelos partidos PSDB, PSB e PROS. Ednalva decidiu concorrer o pleito faltando menos de 50 dias para o início das convenções.

Para compor como vice-prefeito foi indicado o servidor público estadual do estado do Maranhão, concursado na Agência Estadual de Defesa Agropecuária (AGED), que exercia o seu primeiro mandato de vereador no parlamento municipal, Francisco Pereira de Moraes, conhecido politicamente como Francisco do Robertão, nome em alusão ao povoado Centro do Robertão aonde viveu sua infância e adolescência. Na época o vereador Francisco do Robertão tentava consolidar uma candidatura a prefeito, mas a dificuldade de aliança e de candidatos a vereadores que dessem sustentação a sua candidatura fracassou, com isso acabou desistindo da disputa pelo executivo e por indicação do seu partido compôs como vice da então candidata Edinalva Brandão.

Um velho conhecido dos brejãoenses a entrar também na disputa foi o ex-prefeito Francisco Santos Soares, conhecido como Franciscano. Natural de Cana Brava, estado do Piauí,

Franciscano foi comerciante no ramo de armazém de secos e molhados, beneficiadora de arroz, madeireira e agropecuária. Foi presidente do sindicato rural de Imperatriz e presidente do Rotary Club (1982-1984). Relembramos que no ano de 2000, ele foi eleito prefeito de São Francisco do Brejão e reeleito em 2004 para exercer o seu segundo mandato. Enquanto prefeito, Franciscano exerceu o cargo de vice-presidente da Federação dos Municípios do Maranhão – FAMEM, entidade que representa os prefeitos do estado do Maranhão. Nas eleições de 2016 Franciscano entrou com o pedido de registro de sua candidatura, tendo como vice o ex-vereador Francisco Santos Silva, popularmente conhecido como Chico Pernambuco, que exerceu um mandato de vereador por Imperatriz e dois por São Francisco do Brejão.

Antes do Ministério Público se manifestar sobre as candidaturas, Franciscano produziu material e fez campanha, mas o Ministério Público impugnou a coligação a pedido da coligação “*Muda Brejão*” que tinha como candidato o Adão de Sousa Carneiro (PCdoB), que na representação alegou que Franciscano na convenção tinha sido escolhido como vice e o Chico Pernambuco como prefeito, mas quando os cargos foram investidos não foi lavrada uma nova ata para fazer a alteração e essa argumentação foi aceita pelo Ministério Público. Franciscano não quis recorrer e desistiu da disputa. Muitos avaliam que o ex-prefeito desistiu de recorrer por avaliar que a sua campanha não estava tendo um resultado satisfatório e desistir do pleito naquele momento seria o melhor caminho a ser tomado.

O quarto nome a concorrer às eleições municipais de 2016 e pela terceira vez consecutiva, foi o empresário natural de Imperatriz, Adão de Sousa Carneiro, conhecido como Adão Carneiro que teve como vice a filha da ex-prefeita Sônia Santos, a pedagoga Karine Santos que também é irmã do ex-prefeito Alex Santos. Adão concorreu o pleito de 2008 pela primeira vez e ficou em terceiro lugar de um total de quatro candidaturas, perdendo para Alex Santos, na eleição seguinte de 2012, ficou em segundo lugar por uma diferença de 183 votos, tendo como vencedor daquele pleito o jovem Magnaldo Fernandes do PSDB. Sobre 2016 veremos mais à frente.

Tabela 10. Informações sobre candidatos a prefeito e vive

Nome	Adão de Sousa Carneiro	José Osvaldo Farias	Edinalva Brandão Gonçalves
Idade	56 Anos	64 Anos	40 Anos
Nascimento	31/05/1963	09/06/1955	27/10/1978
Naturalidade	Imperatriz - MA	Tocantinópolis - TO	Coroatá - MA
Estado Civil	Casado	Casado	Viúva
Ocupação	Empresário	Pecuarista	Empresária
Grau De Instrução	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Completo

Número	65	10	45
Nome Para A Urna	Adão carneiro	Zé Doía	Ednalva Brandão
Cargo a Que Concorre	Prefeito	Prefeita	Prefeita
Partido	PC do B (Partido Comunista do Brasil)	PRB (Partido Republicano Brasileiro)	PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)
Coligação	Muda Brejão	Juntos Para Fazer Muito Mais	Com a Força do Povo Venceremos de Novo
Composição	PT / PV / PCdoB / PSD	PRB / PDT / PTB / REDE / PEN / PP	PSDB / PROS / PSB
Vice	Karine Santos	Saullo Milhomem	Francisco do Robertão

Fonte: Autor, (2019).

5.2 Reconstrução da campanha de 2016

Visando atender ao objetivo do capítulo esse subitem se divide em duas etapas, inicialmente será apresentada a campanha eleitoral de 2016 e a disputa para o cargo do executivo e, em seguida, será descrita a campanha para os cargos do legislativo.

5.2.A

5.2.B A campanha eleitoral de 2016 e a disputa pelo poder executivo

Com o desenrolar da campanha que pela primeira vez só teve 45 dias, ou seja, a metade das eleições anteriores, a candidata Edinalva Bandão obteve no início da campanha um crescimento expressivo. Enquanto isso a candidatura do prefeito Zé Doía estava esvaziando, em consequência do crescimento da candidatura de Edinalva Brandão, que na eleição anterior de 2012 participavam do mesmo grupo político. Da mesma forma, ocorria com as candidaturas de Adão Carneiro e Franciscano que também eram integrantes de uma mesma coligação na eleição municipal de 2012.

A candidatura do Franciscano avançava sobre o eleitorado do candidato Adão Carneiro, principalmente, no povoado do Trecho Seco, segundo colégio eleitoral do município, aonde Adão Carneiro tinha sido vitorioso nas eleições anteriores de 2008 e 2012, com isso a disputa parecia se encaminhar para um desfecho final entre os candidatos Edinalva Brandão e Franciscano. Mas, com a inesperada impugnação da candidatura do Franciscano e, consequentemente, a sua desistência o jogo mudou novamente. Assim que ficou definida a desistência do candidato começaram as especulações para saber qual decisão que ele tomaria em relação às candidaturas que permaneciam na disputa.

Como a candidata Ednalva Brandão e seu companheiro de chapa Francisco do Robertão, ambos tinham declinado de ser vice do candidato do PMDB, as chances do grupo do Franciscano apoiar a sua candidatura era pouco provável. Apoiar a candidatura do Adão carneiro do PT que foi autor do pedido de sua impugnação também era quase descartável, apesar de na disputa do pleito anterior o Franciscano ter apoiado o Adão Carneiro e tendo o seu filho Francisco Junior como candidato a vice. Restava a candidatura do prefeito Zé Doía que no momento era desafeto político do ex-prefeito.

No entanto, o grupo do PMDB optou por apoiar à reeleição do então prefeito Zé Doía que apesar de não ser um aliado, mas no momento para o grupo do Franciscano seria o que lhe causaria um menor constrangimento. Com o apoio do Franciscano a candidatura do Zé Doía, que estava a cada dia mais desacreditada ganhou fôlego, e se o apoio tivesse ocorrido na última semana de campanha provavelmente teria obtido mais sucesso.

Tabela 11. Eleição municipal de 2016

ELEIÇÃO MUNICIPAL 2016

CANDIDATO	SITUAÇÃO	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Adão Carneiro	Eleito	PT / PV / PC do B / PSD	2.045	35,48
Zé Doía	Não eleito	PRB / PDT / PTB / REDE / PEN / PP	1.914	33,21
Edinalva Brandão	Não eleito	PSDB / PROS / PSB	1.804	31,30
TOTAL				100,00

Fonte: Autor, (2019).

Com essa definição a campanha ficou acirrada e chegou o momento em que era impossível prever quem seria vitorioso, é tanto que o percentual de diferença dos três candidatos ficou entre 31% e 35% como mostra o quadro acima com o resultado da eleição que elegeu o candidato do PCdoB Adão carneiro, que mesmo ficando em último lugar na sede do município conseguiu mais de 50% dos votos no Trecho Seco o que possibilitou a sua vitória.

5.2.C A campanha eleitoral de 2016 e a disputa pelo poder legislativo.

Para compor o Poder Legislativo Municipal nas eleições de 2016 foram registradas 59 candidaturas.

Tabela 12. Quadro de candidatos

Nº	Candidato	Cargo	Sigla	Votos	Sexo	Escolaridade
1	Tiago do Zé Jacó	Vereador	PDT	394	M	Ens. Fundam. Completo
2	Ana Quitéria	Vereador	PV	338	F	Superior Completo
3	Fogoió Lira	Vereador	PSDB	234	M	Ens. Fundam. Completo
4	Cristina Figueira	Vereador	PSB	223	F	Superior Incompleto
5	Francisco Vale	Vereador	PMDB	220	M	Superior Completo
6	Tatu Do Robertão	Vereador	PSDB	216	M	Lê e Escreve
7	Pascoal Branco	Vereador	PDT	214	M	Ensino Médio Completo
8	Jucilene Prates	Vereador	PRB	187	F	Superior Completo
9	Dr. Marcos Aguiar	Vereador	PCdo B	186	M	Superior Completo
10	Claudian do Grilo	Vereador	PT	172	F	Ens. Fundam. Completo
11	Aroldo Lira	Vereador	PCdo B	170	M	Superior Completo
12	Marquel Reis	Vereador	PDT	163	M	Ensino Médio Completo
13	Professor Orté	Vereador	PROS	159	M	Superior Completo
14	Deuzinha da Saúde	Vereador	PT	157	F	Ensino Médio Completo
15	Robson Canela	Vereador	PDT	154	M	Superior Completo
16	Laurentino Pimenta	Vereador	PRB	144	M	Ens. Fundam. Completo
17	Josué Oliveira	Vereador	PSB	134	M	Superior Completo
18	Prof. Gina Freitas	Vereador	PSDB	131	F	Superior Completo
19	Dogival Correia	Vereador	PTB	119	M	Superior Completo
20	Chiquinho da Calú	Vereador	PSDB	114	M	Lê e Escreve
21	Lila	Vereador	PMDB	110	F	Ensino Médio Completo
22	Curica da União	Vereador	PT	103	M	Ens. Fundam. Completo

23	Jhonata Cardoso	Vereador	PCdo B	100	M	Ensino Médio Completo
24	Gino da V. Palmeira	Vereador	PRB	99	M	Ensino Médio Completo
25	Jorge Brito	Vereador	PDT	94	M	Ens. Fundam. Completo
26	Dr. ^a Socorro	Vereador	PSD	89	F	Superior Completo
27	Professora Vilma	Vereador	PDT	85	F	Ensino Médio Completo
28	Antônio da PJ	Vereador	PRB	85	M	Ensino Médio Completo
29	Elias do T. Seco	Vereador	PCdo B	75	M	Ens. Fundam. Completo
30	Junior Da Farmácia	Vereador	PDT	71	M	Ensino Médio Completo
31	Pastor Edinho	Vereador	PROS	69	M	Ens. Fundam. Completo
32	Adriano Moraes	Vereador	PCdo B	66	M	Ensino Médio Completo
33	Ivan Do Buraco	Vereador	PT	63	M	Ens. Fundam. Incompleto
34	Paulista	Vereador	PEN	58	M	Lê e Escreve
35	Prof. ^a Antonia Borges	Vereador	PCdo B	54	F	Superior Completo
36	Udson Marcos	Vereador	REDE	52	M	Ensino Médio Completo
37	Marcos Doido	Vereador	PMDB	51	M	Ens. Fundam. Incompleto
38	Mucuí	Vereador	PMDB	43	M	Lê e Escreve
39	Cosmo Alves	Vereador	PRB	44	M	Ens. Fundam. Incompleto
40	Pítica	Vereador	PT	35	M	Ens. Fundam. Incompleto
41	Doutorzinho	Vereador	PT	28	M	Ens. Fundam. Incompleto
42	Juscelino Dentista	Vereador	PT	27	M	Ensino Médio Incompleto
43	Nenezinho	Vereador	PCdo B	27	M	Ens. Fundam. Completo

44	Irmão Zé Domingos	Vereador	PSD	26	M	Superior Completo
45	Raimundo Cardoso	Vereador	PMDB	26	M	Lê e Escreve
46	Irmão Sobreira	Vereador	PMDB	25	M	Ensino Médio Completo
47	Marta Galvão	Vereador	PMDB	25	F	Ens. Fundam. Incompleto
48	Nilva do Noca	Vereador	PCdo B	17	F	Ensino Médio Completo
49	Irma Sônia	Vereador	PRB	11	F	Ens. Fundam. Incompleto
50	Zezé Gomes	Vereador	PRB	7	F	Ensino Médio Completo
51	Binace	Vereador	PSB	2	M	Ensino Médio Completo
52	Chico da Kombi	Vereador	PMDB	3	M	Ens. Fundam. Completo
53	Belize	Vereador	PEN	0	F	Ensino Médio Completo
54	Andreza	Vereador	PEN	0	F	Ensino Médio Completo
55	Sargento Nonato	Vereador	PP	0	M	Ensino Médio Completo
56	Lucia	Vereador	PP	0	F	Ensino Médio Completo
57	Francinete	Vereador	PSDB	0	F	Lê e Escreve
58	Eliane do Dunga	Vereador	PMDB	0	F	Ensino Médio Completo
59	Brenda Alves	Vereador	PSDB	0	F	Ensino Médio Incompleto

Fonte: Autor, (2019).

Esse número corresponde 1% do eleitorado que compareceu às urnas, sendo 39 homens e 20 mulheres, mas só 50 concorreram as eleições, dos 09 candidatos que desistiram da disputa 06 eram mulheres, ou seja, dois terços dos desistente. Mas mesmo com um percentual pequeno de candidaturas do sexo feminino a câmara Municipal de São Francisco do Brejão conseguiu pela segunda vez consecutiva eleger 44,44% das cadeiras do parlamento com mulheres.

Sobre a distribuição de candidaturas de vereadores por candidatos a prefeito, os partidos que apoiavam a candidatura do prefeito Zé Doía da coligação “*Juntos Para Fazer Muito Mais*” registraram 21 candidaturas a vereadores distribuídas em duas coligações, uma composta pelo PRB, PDT, PEN e PTB, a outra foi composta pelo PP e REDE. Porém, só a primeira conseguiu atingir o quociente eleitoral e eleger 4 vereadores: Tiago do Zé Jacó (PDT), Pascoal Branco (PDT), Jucilene Prates (PRB) e Marquel Reis (PDT).

A coligação “*Muda Brejão*” representada pelo candidato Adão Carneiro, formada pelo PCdoB, PT, PV e PSD teve 18 candidatos, conseguiram eleger 03 vereadores, Ana Quitéria (PV), Claudian do Grilo (PT) e Marcos Aguiar (PCdoB). Já a coligação “*Com a Força do Povo Venceremos de Novo*” foi composta por 11 candidatos e elegeu 2 vereadores, Fogoió Lira (PSDB) e Cristina Figueira (PSB). O MDB registrou 09 candidatos, mas não atingiram o quociente eleitoral e pela primeira vez na história política do município ficou sem nenhuma representação na Câmara Municipal.

Vale ressaltar que um percentual de 22,22% dos vereadores que compõe a Câmara Municipal de São Francisco do Brejão na legislatura 2017-2020 não ficou entre os nove mais bem votados, que corresponde a duas cadeiras, na legislatura passada esse percentual foi de 11,11%, correspondente a um acento.

Tabela 13. Composição da Câmara Municipal - 2016

Nº	VEREADOR	SITUAÇÃO	PARTIDO	VOTOS	%
1	Tiago do Zé Jacó	Eleito	PDT	194	6,72
2	Ana Quitéria	Eleito	PV	338	5,77
3	Fogoió Lira	Eleito	PSDB	234	3,99
4	Cristina Figueira	Eleito	PSB	223	3,81
5	Pascoal Branco	Eleito	PDT	214	3,65
6	Jucilene Prates	Eleito	PRB	187	3,19
7	Marcos Aguiar	Eleito	PCdoB	186	3,17
8	Claudian do Grilo	Eleito	PT	172	2,94
9	Marquel Reis	Eleito	PDT	163	2,78

Fonte: Autor, (2019).

Os representantes para a legislatura 2017 - 2020 foram eleitos por 07 partidos diferentes, são eles: PDT com três cadeiras; o PSB, o PV, o PT, o PCdoB, o PSDB e o PRB, cada um com uma cadeira. O PRB e o PDT pela primeira vez elegeram representantes no Poder Legislativo

de São Francisco do Brejão, 01 e 03 respectivamente. Esse número do PDT se dá em virtude dos vereadores de mandato na legislatura 2013 – 2016, Pascoal Branco (DEM), Tiago do Zé Jacó (PSDB) e Robson Canela (PSC) terem migrado para o PDT e terem concorrido a reeleição por este partido.

Tabela 14. Distribuição de votos por partido

PARTIDO	VOTOS	LEGENDA	TOTAL
PDT	1.175	52	1.227
PSDB	700	75	775
PCdoB	695	67	762
PRB	577	70	647
PT	585	12	597
PMDB	500	14	514
PSB	359	6	365
PV	338	20	358
PROS	228	8	236
PTB	119	4	123
PSD	115	4	119
PEN	58	2	60
REDE	52	5	57
PP	0	20	20
TOTAL GERAL	5.501	359	5.860

Fonte: Autor, (2019).

O partido mais votado nas eleições municipais de 2016 no município de São Francisco do Brejão foi o PDT e, conseqüentemente, elegeu 03 vereadores, o mais votado do pleito e o menos votado a conquistar uma das nove cadeiras do parlamento. Realçamos, também, que os partidos que mais obtiveram voto nas legendas foram respectivamente aqueles possuidores de candidatos para cargo majoritário de prefeito.

Tabela 15. Distribuição de votos para vereadores por coligação

COLIGAÇÃO	VOTOS	LEGENDA	TOTAL
PRB – PDT – PTB – PEN	1.929	128	2.057
PCdoB - PV - PT - PSD	1.733	103	1.836
PSDB – PSB – PROS	1.287	89	1.376
REDE – PP	52	25	77
PMDB	500	14	514
TOTAL GERAL	5.501	359	5.860

Fonte: Autor, (2019).

Como visto anteriormente, a coligação formada pelo PRB, PDT, PTB e PEN foi a que recebeu mais votos nas eleições de 2016 e elegeu 04 vereadores. A segunda a obter mais votos foi a composta pelo PCdoB, PV, PT e PSD que elegeu 03 candidatos, capitaneada pelo partido que elegeu o prefeito Adão Carneiro. A coligação com os partidos PSDB, PSB e PROS completou o número de cadeiras na Câmara Municipal elegendo 2 vereadores, frisamos que houve apenas 8 candidatos que fizeram campanha, portanto, foi a coligação que fez a maior média de votos por candidatos, 172 votos.

5.3 Reflexões de campanha: algumas considerações sobre eleitos e eleitores

As reflexões de campanha foram feitas com aplicação de dois questionários, sendo um de perguntas fechadas (ver anexo) e outras de perguntas abertas semiestruturada (ver anexo). Esta pesquisa serve como material reflexivo para verificar se estão sendo atendidos os anseios da população, bem como se a propaganda prometida em campanha, de fato, se materializou em obras e melhoria para a população. No questionário fechada, foram entrevistados 35 eleitores residentes do município, buscando entrevistar moradores/eleitores que residem em diferentes pontos e localização na cidade, com o intuito de contemplar o mapeamento geopolítico do voto na cidade; ainda, esta pesquisa contou com divisões por categoria como gênero e faixa de geracional.

Corroborando com esta pesquisa, a fim de buscar uma melhor informação do grupo do qual fazemos parte, optamos também por realizar entrevistas a conter perguntas abertas na modalidade semiestruturada, realizadas com 15 moradores. Esclarecemos que a amostra dos

eleitores que responderam o questionário aberto, igualmente, responderam também o questionário fechado.

O primeiro questionário (Anexo A) foi composto de 20 questões fechadas com perguntas sobre as escolhas individuais na eleição. Na questão 1 ***“Escolhi o candidato por acreditar que ele é o melhor”***, cerca de 71,45 % dos entrevistados concordaram que votaram em quem acreditavam ser a melhor opção e esse resultado foi verificado na questão subsequente. A questão 2, ***“escolhi o candidato que apresente um plano consistente de políticas econômicas”*** aproximadamente mais de 68% dos entrevistados concordaram ou concordaram totalmente com a afirmativa.

Na questão 3, ***o poder econômico definiu quem seria os candidatos a prefeitos***, buscou-se saber a influência do poder econômico na escolha dos candidatos a disputarem as eleições pelos partidos dentro da legenda partidária e qual o peso que este poderio econômico poderia se apresentar na cidade endossando a homologação da candidatura - conforme resultado apresentou quase um equilíbrio entre aqueles que concordaram, não concordam ou acham indiferente.

Concordaram ou concordaram totalmente cerca de 38% dos entrevistados que o poder econômico definiu quem seria os candidatos a prefeitos; no entanto, cerca de 45% discordaram ou discordam totalmente e 17% acham indiferente. Por sua vez, quando perguntado na questão 4, ***o candidato com maior poder econômico tinha mais chances de ser eleito***, nessa questão a ênfase recai no poder econômico do próprio candidato: cerca de 52% concordaram ou concordam totalmente que o candidato com maior poder econômico tinha mais chances de ser eleito.

Apesar do carisma ter sido citado, de acordo com o questionário de perguntas fechadas, questão 5, ***defini meu voto pelo carisma do candidato***, esse elemento não é primordial na escolha do candidato, pois 34,28 % dos entrevistados discordaram totalmente, 28,57 % discordaram e 11,42 % acham indiferente o carisma do candidato. Neste item, questionado acerca do carisma, aproximadamente cerca de 26% entre concordaram e concordaram totalmente, levando em consideração esse atributo na escolha.

Na questão 6 ***o candidato ligado ao governo do estado era favorito na disputa***, buscou-se saber se o candidato ligado ao governo estadual era favorito no município, 22,86% considerou indiferente, outros 37,14% concordaram ou concordam totalmente e outros 40 % discordaram ou discordam totalmente, mostrando um resultado sem uma definição na opinião dos participantes da pesquisa. No entanto, a história eleitoral da cidade nos mostra que a influência é um fator determinante, uma vez que todos os prefeitos foram eleitos com apoio do

governo, exceto Magnaldo Fernandez, porém, após ganhar a eleição ele se aliou ao governador (ver cap. 2).

As questões de 7 a 15 do questionário fechado buscou verificar os motivos da escolha individual dos participantes, como pode ser vista na tabela 16. No tocante a filiação partidária, a questão 7 indagava, *escolhi o candidato de acordo com o partido que ele estava filiado*, 42,86 % discordam desse motivo de escolha, sendo esta a frequência mais representativa. Buscando, ainda, verificar os índices que justificam as maiores escolhas/motivações, quanto a questão 8, *escolhi o candidato que apresentou propostas de políticas sociais mais igualitárias*, foi motivo da escolha de 45,71%. No que tange a questão 9, *escolhi o candidato que apresentou o melhor programa de governo para o município*, foi motivo para 51,43%. Na questão que vinculava o candidato com o perfil ideológico, questão 10, *escolhi o candidato que possuía um perfil ideológico*, é relativamente representativa, pois se juntarmos a opção concordo e concordo totalmente chega a aproximadamente a 58 %.

Tabela 16. Motivos de Escolha/ Resultado em Porcentagem

Questão	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
7	17,14	42,86	8,57	20	11,42
8	5,71	8,57	17,14	45,71	22,86
9		17,14	5,71	51,43	25,71
10	8,57	14,28	20	40	17,14
11	5,71	5,71	22,86	48,57	17,14
12	2,86	5,71	14,28	57,14	20
13	2,86	8,57	11,42	60	17,14
14	2,86	11,42	11,42	57,14	17,14
15	8,57	5,71	22,86	45,71	17,14

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

As características vinculadas com a personalidade e a trajetória pessoal dos candidatos estão presentes nas questões 11 a 15 e consideramos, especialmente que estas variáveis influenciam mais fortemente nas escolhas dos candidatos. Realçando as frequências mais significativas que tiveram maior porcentagem, tivemos os seguintes dados a serem analisados: A questão 11, *escolhi o candidato que me transmitiu esperança*, buscando verificar a importância de transmitir confiança, obteve 48,57 % dos participantes concordando com a sua importância. A responsabilidade, questão 12, *escolhi o candidato que me transmitiu*

responsabilidade, também foi considerada por 57,14 % como motivo que influencia a escolha. A questão 13, **escolhi o candidato que me parece ser confiável**; e a questão 14, **escolhi o candidato que me parece ser íntegro**, obtiveram respectivamente 60% e 57,14 %.

Portanto, pode-se constatar que essas características que fazem parte da biografia dos candidatos são bem aceitas pelos eleitores, na hora de definir o seu candidato, ou seja, todas elas superaram mais de 50% dos entrevistados, com exceção da questão 11 que atingiu 48,57% da preferência dos entrevistados.

As questões que envolvem a personalidade do candidato também foram citadas nas entrevistas abertas, como é o caso da servidora pública estadual, Terezinha Lopes de Sousa, através da seguinte fala: “votei no Zé Doía pelo conhecimento que tenho da vida dele e por ser uma pessoa cumpridora de seus negócios”.

Outras cinco questões buscaram verificar o que levaria os participantes a mudarem suas escolhas. Na questão 16, **eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato foi um mau gestor público**, mais de 45%, conforme tabela 17, concordaram totalmente que o candidato com “ficha” suja, seria motivo para mudança de voto, outros 34,28 % afirmaram concordar com esse motivo. O histórico de má gestão, pergunta 17, **eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato foi um mau gestor público**, seria motivo para 80% dos entrevistados (42,86% concordaram e 37,14% concordaram totalmente).

Questões 18, **eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em um escândalo ético, moral ou religioso**, e 19, **eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato mentiu para a imprensa**, abordaram problemas de ordem moral, ética ou religiosa, as duas questões obtiveram resultados semelhantes, mais da metade dos entrevistados concordando ou concordando totalmente. Contraditoriamente, é interessante apontar que 14 % considera indiferente se o candidato tiver mentido para a imprensa.

Tabela 17. Motivos para mudança de voto/ Resultado em Porcentagem

Questão	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
16	8,57	5,71	5,71	34,28	45,71
17	2,86	8,57	8,57	42,86	37,14
18	2,86	11,42	8,57	48,57	28,57
19	2,86	8,57	14,28	45,71	28,57

20	2,86	5,71	8,57	40	42,86
----	------	------	------	----	-------

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Buscando corroborar com o questionário fechado, optamos, então, pela realização das entrevistas aberta semiestruturada e em profundidade, de modo que se expressassem, efetivamente, os reflexos e percepções da população. Nestas entrevistas realizadas (Anexo B), verificamos que existe, também, engajamento partidário de algumas pessoas, como é o caso da professora Antônia Edina Ribeiro Torres de Oliveira, que afirmou “Votei na Edinalva Brandão por que o partido do qual sou filiada fazia parte da coligação e por falta de um nome melhor”. Igualmente, a vereadora Cristina Figueira de Sousa, também optou pela questão partidária, segundo ela: “a escolha desse nome, deve se ao fato do meu partido está na mesma coligação e indicado o candidato a vice”. Por sua vez, o motorista Edicarlos votou em Edinalva por carisma.

Quando confrontado a questão do carisma nas perguntas abertas, podemos discutir com mais clareza a questão de gênero (questão 14), indagando se o carisma se aplica também para a questão de gênero. Assim, quando perguntadas sobre a questão de gênero nas eleições, a Professora Antônia Edina afirmou que as mulheres sofrem preconceito:

Sim, sofrem, especialmente por conta de uma cultura machista impregnada na nossa sociedade, mas também, mesmo diante das adversidades, acredito que as mulheres podem agregar muito na política nacional, nas diversas esferas de poder.

Por sua vez, a Vereadora Cristina afirmou que:

Sim, boa parte da população acha que as mulheres não têm pulso firme para se envolver na política, porém, nas últimas duas legislaturas a Câmara municipal do município de São Francisco do Brejão teve um número bastante significativo de representação feminina, quatro dos nove representantes do povo, são do sexo feminino.

Passada a análise motivacionais para escolha e mudança de voto, buscamos agora apresentar um balanço da gestão atual e verificar o grau de satisfação dos eleitores participantes dessa pesquisa, como percepção se poderia haver mudança de voto e indicação de preferência para as eleições vindouras. Percebeu-se pelos relatos que nas áreas da saúde, educação e segurança há insatisfação unânime com a atual gestão, além de todos citarem que o prefeito não está cumprindo com o prometido.

Para a professora Antônia Edina Ribeiro Torres de Oliveira tanto a saúde, segurança e a educação “vão mal porque não há por parte da atual gestão projeto político”. A vereadora Cristina concorda com essas afirmativas e acrescenta:

A infraestrutura das escolas está precária; a merenda escolar não atende a qualidade mínima exigida para que os estudantes tenham uma boa alimentação e a desvalorização dos profissionais da educação com aumento salarial em média de 2%, o mais baixo da história do município.

Continuando a análise o motorista Edicarlos concorda com a professora ao afirmar que “A educação, na minha opinião, está diminuindo a qualidade”. Para o professor Josué “A educação está estagnada, a contribuição do prefeito tem sido o pagamento em dia, porém, os reajustes salariais tem sido os piores desde a emancipação política do município”.

Por sua vez, ao analisar a saúde da cidade Edicarlos afirma:

Sou servidor público da área da saúde e posso afirmar que está muito abaixo do que o povo necessita, só tem medico 2 vezes na semana e não faz nenhum procedimento cirúrgico, tudo é encaminhado para Imperatriz ou Açailândia.

Novamente, concorda a professora Antônia Edina Ribeiro Torres de Oliveira ao afirmar que:

A saúde vai mal, falta médicos, remédios e condições estrutural no único hospital do município. A secretária de saúde é despreparada para o cargo, mas conta com a omissão do prefeito quanto aos seus desmandos, se contar a perseguição aos funcionários da pasta com transferências injustificáveis.

Em relação à segurança Edicarlos afirma que “a segurança pública é boa, está atendendo a nossa perspectiva”. Outros participantes, como é o caso da Vereadora Cristina concordaram que a segurança vai mal, “está ruim, os policiais deixam muito a desejar, principalmente, na política de prevenção e no combate ao uso o tráfico de drogas”.

Porém, a responsabilidade pelo trabalho da polícia militar e civil é do Estado e oportunamente o servidor público Josué Nunes afirmou “a segurança pública está razoável, mas a contribuição tem sido por parte do governo do estado que tem feito investimentos e aumentado o efetivo policial em todo estado”.

Todos os participantes citaram falsas promessas e descontentamento com a gestão do prefeito, conforme já dito, os problemas municipais de acordo com as falas são antigos e nada ou muito pouco é feito para mudar. O servidor público Josué Nunes concorda e acrescenta:

O maior problema do município está sendo a falta de oportunidade de emprego e renda que no momento atinge não só o município como todo o país. No entanto, esse problema não tem sido prioridade do governo municipal.

Em relação ao maior problema do município. A professora Edina levanta a corrupção ao dizer:

São vários os problemas, mas o principal é a forma como o gestor lida com o dinheiro público e como os eleitores elegem seus representantes: estes problemas não são tratados nas campanhas pois raramente vimos um projeto de governança preocupado em gerir bem o município.

Porém, para Edicarlos o maior problema da cidade é a falta de emprego. Interessante verificar que o participante da pesquisa afirma que essa é uma promessa política antiga e nunca solucionada.

Falta de emprego, e tem sido um problema abordado nas campanhas por todos os candidatos que concorrem o cargo do executivo, mas na prática a geração de emprego não acontece.

Passado o questionamento sobre o ponto positivo e negativo da atual gestão, verifica-se que o cumprimento dos pagamentos dos servidores públicos municipais como fator positivo e, negativo, equipes de gestão despreparadas, perseguições a adversários políticos dentre outras coisas como acrescentou a Professora Edina Torres que é presidente do sindicato dos servidores públicos do município que diz:

De positivo: tem os pagamentos dos servidores efetuados sem atrasos. De negativo: equipes de governo despreparados, perseguições a adversários políticos, irregularidades na administração dos recursos públicos, falta de transparências nas ações e falta de implementação de uma gestão participativa.

Em relação as obras públicas notamos que a redução da carga horária de professores em sala de aula de 16 para 13 horas aulas, ou seja, de 20 horas semanais o professor cumpri 13 na sala de aula e 7 horas atividades de planejamento na escola foi um fator de reconhecimento. Sobre as obras, foram feitas revitalização de praças na sede do município e nos povoados, porém, com recursos do governo do estado.

5.4 Conclusões

Podemos verificar que questões sobre a identidade pessoal do caráter do candidato é motivo fundamental para a escolha do voto. Reiteramos, conforme enfatizado, que as escolhas com base nos atributos do caráter podem explicar o comportamento do eleitor em uma ou várias eleições. Entretanto, ressaltamos que o padrão das escolhas pode recair em fatores conjunturais, ou seja, destacamos que cada eleição pode haver um novo sentimento ou um determinante motivacional, assim como programa de governo que satisfaçam os anseios racionais dos eleitores.

No tocante ao balanço do voto e a atual gestão, percebe-se a decepção dos entrevistados com o atual governo, assim como verificamos que as demandas atuais são antigas, por exemplo,

necessidade de segurança, investimento em saúde, educação dentre outras coisas. Nesse sentido, a busca por mudança, parece que irá continuar no município tendo em vista os descontentamentos e as reclamações mantendo-se ao longo de sucessivas eleições. Embora não sendo o foco principal desta monografia, mas é visível e constatamos que é possível que a atual gestão saia do governo com má reputação, não se reelegendo a si mesmo e tampouco seus aliados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo compreender a natureza das motivações mais comuns que definem as preferências eleitorais para o executivo municipal. Com a pesquisa de campo desenvolvida fica confirmada a hipótese que o personalismo, qualidades atribuídas ao candidato como ser honesto, ser trabalhador, ser competente, etc. são fatores que influenciam na escolha do voto. Igualmente, constatamos que o poder econômico do candidato e o fato de ter um bom plano de governo são fatores influenciadores. Quanto a questão da vinculação com governo do estado não houve relevância com as entrevistas, embora no capítulo 2 verifica-se o grau de importância que esse elemento político se apresentam na campanha.

Nesta última hipótese testada é possível acrescentar que os prefeitos eleitos nas três primeiras eleições (1996, 2000, 2004) do município de São Francisco do Brejão eram todos apoiados pela família Sarney. Na eleição de 2008 o governador do estado era o Jackson Lago, ele veio até o município e visitou todos os candidatos. Porém, não declarou apoio a nenhum postulante ao cargo, sendo eleito Alex Santos (PV), historicamente ligado à família Sarney.

Em 2012, pela primeira vez, o município elegeu um candidato residente no município Magnaldo Fernandes e sem vínculo com o governador do estado, na época Roseana Sarney, contudo, tendo que se aliar a família Sarney posteriormente para não perder o mandato. Finalizando o quadro eleitoral, em 2016 o candidato eleito, Adão Carneiro, era aliado do Governador Flávio Dino. Com isso, constatamos que das seis eleições municipais de São Francisco do Brejão apenas uma delas o eleito não tinha ligação com o governador do estado.

Portanto, reiterando o já enfatizado, questões inerentes ao caráter, tais como, transmissão de esperança, responsabilidade, confiabilidade e integridade oscilaram para mais

de 50% das razões de escolha, assim como a busca por mudanças que aproximadamente obteve esse mesmo percentual. Sendo que, essa busca por mudanças irá persistir no município nesse estudo, principalmente, diante da má gestão do prefeito atual e não atendendo às demandas já antigas da cidade.

Em síntese, consideramos que os eleitores estão inseridos no ambiente social, eles têm visões de mundo, desejos e hábitos. Essas visões de mundo dos eleitores são representadas por suas crenças e valores, sendo que esses valores e crenças dos eleitores são colocados como demandas para os candidatos que disputam o cargo do executivo, nesse sentido visões de mundo, desejos e hábitos dos eleitores podem decifrar as escolhas dos eleitores em uma ou em várias eleições vindouras.

Concluindo, o reconhecimento de que as visões de mundo dos eleitores têm o poder de explicar as suas escolhas, revela que os determinantes do voto podem ser alterados nas eleições futuras, tendo em vista, que novas demandas poderão surgir, assim como novas conjunturas políticas, bem como candidatos com perfis e personalidades que vão ao encontro das motivações eleitorais.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-francisco-do-brejoama. Acesso em: maio. de 2019.

AGRA, Walber de Moura. A panaceia dos sistemas políticos. **Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 45-63, 2011.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um lugar chamado Brejão. **Em extensão**, Uberlândia, v. 6, 2007.

CAMARGO, M. **Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula**, 1998. In: TELLES, H. S. e LUCAS, J. I. P. **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul: Educs, 2001.

CARNEIRO, Leandro P. e ALMEIDA, Maria H. T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 179-194, jun. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CAVALCANTE, Pedro. **Vale a pena ser um bom prefeito?** Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. Opin. Publica [online]. 2015, vol.21, n.1, pp.87-104.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: Quais os tempos da Oligarquia? In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão.** São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

IBGE. **Panorama de São Francisco do Brejão.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-francisco-do-brejao/panorama>>. Acesso em: maio. de 2019.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O voto em bloco individual no Brasil: notas de pesquisa sobre a eleição senatorial de duas vagas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 26. Brasília, maio – ago. de 2018.

NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-jun 2015

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006.

O ESTADO. **São Francisco do Brejão tem novo prefeito.** Disponível em <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/06/08/sao-francisco-do-brejao-tem-novo-prefeito/>>. Acesso em maio. de 2019.

OLIVEIRA, A. **O estado da arte dos determinantes do voto no Brasil e as lacunas existentes.** Sociedade E Cultura, 2012.

OLIVEIRA, Bruna K. V. e FERNANDES, Jean L. M. As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012). **TEORIA & PESQUISA. Revista de Ciência Política.** vol. 22, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. **Competição e ciclos políticos nos subsistemas partidários do Nordeste**: um estudo de caso sobre CE, AL, BA, MA e PI. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2017.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil - uma história de poder**. São Paulo: A Girafa, 2008.

SANTOS, Edilene dos. **Decisão do voto: um debate sobre as teorias do comportamento eleitoral**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação lato sensu Comunicação Política e Imagem, Turma II, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista. Curitiba, 2010.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

STECK, Juliana Monteiro. **Eleição de prefeito e vereador terá novas regras**. Senado Federal. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/06/eleicao-de-prefeito-e-vereador-tera-novas-regras>>. Acesso em 28 de abr. de 2019.

TRE-MA. **São Francisco do Brejão segundos colocados em 2012 devem assumir o executivo**. Art. de 2014. Disponível em <<http://www.tre-ma.jus.br/imprensa/noticias-tre-ma/2014/Julho/sao-francisco-do-brejao-segundos-colocados-em-2012-devem-assumir-o-executivo>>. Acesso em maio. de 2019.

VALE, Francisco. **Lá entre os Brejos**. Maranhão: Ética, 2011.

VALE, Francisco. **Magnaldo Fernandes Gonçalves**. Maranhão: Ética, 2015.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO 01

QUESTIONÁRIO 01

Sou aluno de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e venho convidá-lo (a) a responder minha pesquisa científica. O objetivo é identificar as variáveis que afetaram o comportamento do eleitor na escolha do candidato nas eleições de 2016 para o poder executivo. Por favor, veja se você discorda ou concorda com as frases abaixo.

Depois **marque um “X” no grau de sua discordância ou concordância**. Não há resposta certa ou errada, o que se busca é a sua opinião. A escala varia de 1 a 5, sendo:

- 1 - Discordo totalmente**
- 2 - Discordo**
- 3 - Indiferente**
- 4 - Concordo**
- 5 - Concordo totalmente**

QUESTÕES	ESCALA				
	1	2	3	4	5
1. Escolhi o candidato por acreditar que ele é o melhor.					
2. Escolhi o candidato que apresente um plano consistente de políticas econômicas.					
3. O poder econômico definiu quem seriam os candidatos a prefeitos.					
4. O candidato com maior poder econômico tinha mais chances de ser eleito.					
5. Defini meu voto pelo carisma do candidato.					
6. O candidato ligado ao governo do estado era favorito na disputa.					
7. Escolhi o candidato de acordo com o partido que ele estava filiado.					
8. Escolhi o candidato que apresentou propostas de políticas sociais mais igualitárias.					
9. Escolhi o candidato que apresentou o melhor programa de governo					

para o município.					
10. Escolhi o candidato que possuía um perfil ideológico que me identificava.					
11. Escolhi o candidato que me transmitiu esperança.					
12. Escolhi o candidato que me transmitiu responsabilidade.					
13. Escolhi o candidato que me parece ser confiável.					
14. Escolhi o candidato que me parece ser íntegro.					
15. Escolhi o candidato que representava mudança.					
16. Eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato tem “ficha-suja” e confirmação de atos de corrupção.					
17. Eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato foi um mau gestor público.					
18. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em um escândalo ético, moral ou religioso.					
19. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato mentiu para a imprensa.					
20. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato cometeu um crime.					

Obrigado pela participação!

RESULTADO:

QUESTIONÁRIO

Sou aluno de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e venho convidá-lo (a) a responder minha pesquisa científica. O objetivo é identificar as variáveis que afetaram o comportamento do eleitor na escolha do candidato nas eleições de 2016 para o poder executivo. Por favor, veja se você discorda ou concorda com as frases abaixo.

Depois **marque um “X” no grau de sua discordância ou concordância**. Não há resposta certa ou errada, o que se busca é a sua opinião. A escala varia de: *Discordo totalmente; Discordo; Indiferente; Concordo; Concordo totalmente*.

QUESTÕES	ESCALA				
	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
1. Escolhi o candidato por acreditar que ele é o melhor.	2,86	11,42	14,28	54,28	17,14
2. Escolhi o candidato que apresente um plano consistente de políticas econômicas.	5,71	14,28	11,42	48,57	20
3. O poder econômico definiu quem	20	25,71	17,14	22,86	14,28

seriam os candidatos a prefeitos.					
4. O candidato com maior poder econômico tinha mais chances de ser eleito.	11,42	22,86	14,28	22,86	28,57
5. Defini meu voto pelo carisma do candidato.	34,28	28,57	11,42	17,14	8,57
6. O candidato ligado ao governo do estado era favorito na disputa.	17,14	22,86	22,86	22,86	14,28
7. Escolhi o candidato de acordo com o partido que ele estava filiado.	17,14	42,86	8,57	20	11,42
8. Escolhi o candidato que apresentou propostas de políticas sociais mais igualitárias.	5,71	8,57	17,14	45,71	22,86
9. Escolhi o candidato que apresentou o melhor programa de governo para o município.		17,14	5,71	51,43	25,71
10. Escolhi o candidato que possuía um perfil ideológico que me identificava.	8,57	14,28	20	40	17,14
11. Escolhi o candidato que me transmitiu esperança.	5,71	5,71	22,86	48,57	17,14
12. Escolhi o candidato que me transmitiu responsabilidade.	2,86	5,71	14,28	57,14	20
13. Escolhi o candidato que me parece ser confiável.	2,86	8,57	11,42	60	17,14
14. Escolhi o candidato que me parece ser íntegro.	2,86	11,42	11,42	57,14	17,14
15. Escolhi o candidato que representava mudança.	8,57	5,71	22,86	45,71	17,14
16. Eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato tem “ficha-suja” e confirmação de atos de corrupção.	8,57	5,71	5,71	34,28	45,71
17. Eu mudaria meu voto se tivesse conhecimento que o candidato foi um mau gestor público.	2,86	8,57	8,57	42,86	37,14
18. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em um escândalo ético, moral ou religioso.	2,86	11,42	8,57	48,57	28,57
19. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato mentiu para a imprensa.	2,86	8,57	14,28	45,71	28,57
20. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato cometeu um crime.	2,86	5,71	8,57	40	42,86

ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO 02

QUESTIONÁRIO ABERTO SEMIESTRUTURADO – ELEITORES

1. Nome:

2. Idade:

3. Renda:

3. Local de moradia:

4. Profissão:

5. Estado Civil:

6. Quantos filhos você tem?

7. Em quem você votou para prefeito e qual foi a sua motivação para o voto (carisma, poderio econômico, ligação com São Luís, partido de preferência, etc.?)

8. No seu ponto de vista o prefeito está cumprindo o que prometeu durante a campanha, você está satisfeito com o seu voto?

9. Votaria novamente nele se ele fosse para a reeleição?

10. Cite algum projeto político de seu prefeito (ou ausência) que justifique o seu Sim ou o seu Não referente à resposta 8?

11. Você é usuário de algum programa social/política pública da prefeitura?

12. Como você avalia a educação no seu município e a contribuição do prefeito?

13. Como você avalia a saúde no seu município e a contribuição do prefeito?

14. Como você avalia a segurança no seu município e a contribuição do prefeito?

15. Você acredita que as mulheres que se envolvem em campanha eleitoral sofrem algum tipo de preconceito?

16. Qual o maior problema do seu município? Esse problema é geralmente abordado em campanha?

17. Qual o ponto positivo e negativo da atual gestão do prefeito?

18. Cite algum projeto ou alguma obra feita pelo seu atual prefeito?